

FELLIPE SILVA PRADO

**O PESCADOR ARTESANAL NO CONTEXTO DE
IMPLEMENTAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS
COSTEIROS EM SÃO JOÃO DA BARRA/RJ:
ANIQUILAÇÃO ANUNCIADA?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado do Curso de Especialização Lato Sensu em Política e Planejamento Urbano do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Professora Doutora Cecília Campello do Amaral Mello

Rio de Janeiro
Março de 2014

Ficha Catalográfica

Elaborada pela biblioteca do IPPUR (de acordo com manual de publicações).

Folha de Aprovação

NÃO PREENCHIDA POR NÃO CONSTAR NO MANUAL DO IPPUR COMO
PROCEDER.

AGRADECIMENTOS

Em todos os meus feitos agradeço primeiramente ao meu guia e mestre maior, Jesus Cristo, elemento fundamental na minha vida, me orienta e guarda cada uma das minhas decisões e passos.

Agradeço especialmente aos meus pais, Flavio Augusto de Andrade Prado e Eliane de Oliveira Silva Prado, e irmão Matheus Silva Prado pela compreensão, carinho, respeito por mim e por meu trabalho. Sem o apoio e torcida, chegar até aqui seria inviável.

Em terceiro, agradeço a minha orientadora Professora Doutora Cecília Campello do Amaral Mello, por ter aceitado esse desafio e apoiá-lo. O presente trabalho e a finalização da especialização não seriam possíveis sem suas contribuições.

Agradeço a todos os companheiros de academia, especialmente a Professora Dr.^a Betty Nogueira Rocha, Luiz Antonio Chaves de Farias e Marcel Soares Lopes pelas contribuições riquíssimas no transcorrer da pesquisa e dos campos. Além desses, agradeço aos colegas de turma de especialização, destacando: Nínive, Carla, Ana Luiza, Clarisse e Juliana Couto. Aos funcionários e docentes do IPPUR-UFRJ.

Por fim, não menos importante, agradeço especialmente os pescadores artesanais de São João da Barra e os integrantes da Colônia de Pescadores Z2 em Atafona/SJB. As entrevistas, conversas informais e o pouco convívio com cada um, trouxe motivação e ampliou o sentido desta simples pesquisa. Só me resta dizer que estamos juntos na luta e um sincero e singelo: muito obrigado!

RESUMO

A presente pesquisa parte de observação e análise de um momento peculiar na história econômica do estado do Rio de Janeiro. Trata-se da retomada de grandes investimentos públicos e privados não experimentados desde a década de 1970. A região Norte Fluminense é a segunda região na alocação de recursos voltados a grandes obras de engenharia no estado: portos, estradas de rodagens, ferrovias. São João da Barra, um dos nove municípios da região, desde o ano de 2007 foi escolhida como lócus do empreendimento denominado Superporto do Açu, obra com função portuária e industrial pertencendo inicialmente ao Grupo EBX. Tal construção tem desencadeado na região conflitos sociais, ambientais e políticos. Este trabalho pretende entender como as recentes transformações em curso estão se refletindo na atividade de pesca artesanal do município, tendo como questão central norteadora: quais as implicações destes projetos na atividade do pescador artesanal de São João da Barra que possam acentuar possíveis vulnerabilidades sociais ou até mesmo extinguir a atividade no município? Objetiva-se caracterizar a figura do pescador artesanal, mapear a aglomeração continental desses indivíduos, averiguar a possibilidade de disputa por “territórios da pesca” entre os que historicamente exerciam a atividade e os novos atores, além de trazer os principais dilemas e desafios, ainda na ótica dos mesmos, a respeito do transcorrer dos impactos que vêm sofrendo desde o inicio das obras.

Palavras-chave: Pescador Artesanal. Superporto do Açu. Atafona. São João da Barra.

ABSTRACT

This research is part of the observation and analysis of a particular moment in the economic history of the state of Rio de Janeiro. This is the resumption of large public and private investments not experienced since the 1970s. The North Fluminense region is the second region in the allocation of resources devoted to great works of engineering in the state: ports, roads, filming, railroads. São João da Barra, one of the nine municipalities of the region, since the year 2007 was chosen as the locus of the enterprise called Acu Superport, work with the port and industrial function initially belonging to the EBX Group. Such construction has unleashed in the region hundreds of social, environmental, political conflicts. Accordingly aimed to understand how the recent changes in progress are reflected in the activity of fishing craft of the municipality. The following guiding question: which implications (in)direct the artisanal fisherman in São João da Barra activity that may enhance or extinguish potential vulnerabilities social activity in the city. This study aims to characterize the figure of artisanal fisherman, map the continental clustering of these individuals, investigate the possibility of competition for "fishing territories" between historically exerted the activity and new actors, and bring the main dilemmas and challenges, yet the perspective of the same, concerning the course of the shares since the beginning of the works .

Keywords: Artisanal Fisherman. Superporto Açu. Atafona. São João da Barra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa de Localização da Região Norte Fluminense.....	18
Figura 02: Mapa dos Grandes Projetos de Investimentos em Curso no Estado do Rio de Janeiro.....	27
Figura 03: Mapa de Investimentos Públicos e Privados no Estado do Rio de Janeiro (2011-2013).....	27
Figura 04: Distribuição da população total de Pipeiras por faixa etária.....	35
Figura 05: Projeto do Complexo em 2013.....	39
Figura 06: foto do Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari (CLGI).....	42
Figura 07: Localização das Principais Áreas de Pesca no Município de SJB/RJ.....	45
Figura 08: Sede da Colônia de Pescadores Z2 em Atafona, São João da Barra/RJ.....	47
Figura 09: Concentração de Embarcações em Atafona/SJB.....	49
Figura 10: Centro de Formação Profissional na Colônia Z2- Atafona.....	51
Figura 11: Construção do Entreponto Pesqueiro de Atafona/SJB.....	53
Figura 12: Esquema Documental do Entreponto Pesqueiro de Atafona....	53
Figura 13: imagem da mortandade de peixes no Canal do Quitingute em novembro de 2013.....	56

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: O REFLEXO DE UM PARADOXO REGIONAL.....	17
1.1. O Norte Fluminense: aspectos socioeconômicos, configuração territorial e poder.....	17
1.2. Caracterização Demográfica.....	34
1.3. Lócus do Super Porto do Açu: São João da Barra/RJ.....	37
CAPÍTULO II: O PESCADOR ARTESANAL DE SÃO JOÃO DA BARRA E CONFLITOS POR GARANTIAS DE PERPETUAÇÃO DA ATIVIDADE.....	44
2.1. O pescador artesanal.....	44
2.2. A percepção dos “atingidos”.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	61

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como ponto de partida um trabalho de campo por mim realizado ainda durante o período de graduação no curso de Bacharelado em Geografia. Uma das ultimas disciplinas obrigatórias prevê uma ida a campo com o intuito de averiguar um problema de pesquisa. Nesse caso, especificamente, pretendia-se averiguar os impactos da instalação do Superporto do Açu, até então conhecido apenas como porto do Açu, no município de São João da Barra/RJ¹.

Nessa ocasião, em meados do ano de 2010, inúmeros problemas já vinham sendo apontados por pesquisadores, principalmente da UFF- Campos dos Goytacazes e UENF. Além disso, os primeiros sinais de impactos ambientais e sociais já se apresentavam. Naqueles dias, pude deparar-me com um projeto de grande magnitude, que demandaria da corporação e do poder público, grande esforço, não só pela construção e demais demandas, como também esforço no sentido de mitigar os impactos e solucionar inúmeras questões socioambientais que ainda surgiriam.

Retornando da viagem, o projeto começou a ser arquitetado, tendo como pressuposto inicial de que as recentes transformações em curso modificariam dimensões simbólicas, afetivas e materiais nos territórios da pesca artesanal no município. A região já era conhecida por conflitos agrários e entendia-se que novos conflitos emergiriam acirrando ainda mais as desigualdades preexistentes no município.

As principais mudanças aparentes no período eram a implantação de projetos industriais de grande porte, incluindo projetos logísticos e de infraestrutura. Tais processos em curso têm alterado não só a forma, mas, também, a função dos espaços do Norte Fluminense, incluindo áreas de produção na agricultura familiar e de pesca artesanal, que passaram a ser alvo do capital especulativo que lhes atribuiu novos valores. Além disso, mudanças de tal magnitude também atingiam aos aspectos imateriais da população, os colocando possivelmente em situação de vulnerabilidade social ou no que Almeida (1996) denominou de “refugiados do desenvolvimento”.

¹ A partir dessa fração, o município será denominado apenas como ‘SJB’.

O empreendimento mais exponencial no contexto espacial de análise era o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu (CLIPA), hoje denominado como Complexo do Superporto do Açu no município de SJB- RJ. O complexo estava em fase de implantação desde 2007 pelo Grupo EBX², que firmou parcerias com o Governo do Estado através da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro (CODIN) e financiamentos junto ao BNDES e outras instituições financeiras. Estimavam que 40% da área do município faria parte das ações do referido grupo, como investimento direto; porém, sempre houve divergências quanto à extensão total, uma vez que o licenciamento ambiental, essencial ferramenta de possível mensuração, tem sido feito de maneira segmentada, por cada setor da indústria ou projetos estruturais em vias de instalação.

O projeto atende a uma recente concepção mundial de portos, conceito denominado “porto indústria”, onde no mesmo espaço coabitam atividades portuárias e diferentes funções logísticas e industriais. No caso específico do complexo, as indústrias em construção ou previstas atenderiam ao beneficiamento de produtos primários, principalmente minérios oriundos do estado de Minas Gerais a serem comercializados preferencialmente com o mercado asiático, em especial, o chinês. Além disso, já está em construção um estaleiro³ e em planos de construção, siderúrgicas, um grande corredor logístico⁴, minerodutos, obedecendo à mesma lógica de ações e visando possivelmente os mesmos compradores.

Tendo em vista a magnitude do empreendimento e de suas demandas eminentemente territorializadas, inúmeras implicações negativas foram sendo evidenciadas por parcela representativa da população do município de São João da Barra. Tais implicações estão relacionadas especialmente ao incremento das migrações de mão de obra pouco qualificada para o município,

² Trata-se de uma *holding* que tinha como sócio majoritário o empresário Eike Batista.

³ Inicialmente, a construção do estaleiro seria no Estado de Santa Catarina. A imprensa catarinense e campista, além de trabalhos acadêmicos, destacam que o projeto foi negado por infringir leis ambientais municipais e estaduais. Pautaram os argumentos para a negação nos possíveis impactos ambientais decorrentes do estaleiro que prejudicariam atividades econômicas representativas no Estado como: pesqueira e turística no litoral.

⁴ O corredor logístico proposto pelo Grupo EBX tem o traçado ainda não apresentado à população. De acordo com informações oficiais no site da EBX em 2012, teria uma extensão total de aproximadamente 45 quilômetros, contando com rodovias, ferrovia (Ferrovia Centro Atlântica na porção territorial referente a Campos dos Goytacazes- RJ), oleodutos, mineroduto e redes de transmissão de energia, ligando São João da Barra a Campos dos Goytacazes- RJ.

aumento da especulação imobiliária e do déficit habitacional, não absorção da mão de obra local, desapropriação de áreas e a maior delas, a remoção de pessoas (em alguns casos comunidades inteiras), de suas terras, suas áreas de atividades (agrícolas e pesqueiras), de seus imóveis e seus “espaços vividos”.

A população diretamente atingida pelas remoções são em maioria provenientes do 5º distrito do município de São João da Barra (Pipeiras), essencialmente pequenos agricultores que exerciam também outras atividades relacionadas a sua reprodução social, tais como: pesca, criação de animais (suínos, aves, bovinos) e administração de pequenos estabelecimentos comerciais. As ações de desapropriação desconsideraram a história dos lugares, a relação homem-meio e as atividades que eram realizadas, excluindo a população envolvida dos processos decisórios, o que dificultou a possibilidade de articulação contra as ações.

É importante ressaltar que a simples remoção de famílias de suas terras e seu reassentamento já se apresentou ineficaz em outras experiências relatadas em diversos trabalhos acadêmicos. Stanley (2004) apresenta casos e consequências de deslocamentos de pessoas por diferentes projetos: construção de barragens, reestruturação urbana e de transportes, extração de recursos naturais. Para ele, tais mudanças implicam no que denomina “*development-induced displacement resettlement-DIDR*”, traduzindo sumariamente: o autor se refere aos deslocamentos e reassentamentos induzidos pelo desenvolvimento.

Estas proposições nos levam a perceber a teia de complexidades envolvidas nessas grandes obras e seus desdobramentos. Um exemplo discutido pelo mesmo autor é a desapropriação de terras para a construção do Projeto Alto Krishna na Índia, em que duas barragens foram construídas na região de Karnataka deslocando inicialmente 240.000 pessoas, por conta de diversos fatores, não houve o reassentamento de boa parte das famílias até os dias de hoje. No Brasil inúmeros casos de deslocamento de pessoas e seu reassentamento também se apresentaram repleto de efeitos danosos, tanto para a sociedade, como para o meio ambiente. Apenas destacando os deslocados por barragens, inúmeras famílias estão nessa condição no país.

Evidentemente os deslocamentos e reassentamentos em São João da Barra assumem menores proporções do que no caso indiano, mas, similarmente resultaram em remoções de centenas de famílias, aniquilando seu patrimônio material e imaterial e impondo a realocação em novas áreas. Os deslocamentos estão sendo realizados alheios à vontade dos moradores, que estavam estabelecidos há muito tempo em suas localidades anteriores. Essas pessoas, necessariamente, terão que passar por um processo de adaptação à nova realidade colocada de maneira involuntária.

Apenas considerando os impactos negativos na ótica dos pescadores artesanais, uma lista infinidável de discussões e pesquisas poderiam ser desenvolvidas no contexto espacial estudado. O presente trabalho tem como foco de análise a percepção que o indivíduo tem de si mesmo e de sua situação frente ao poderio dessas corporações que são diariamente atraídas para a região.

Frases como: “eles (empresários) estão acabando com nosso ambiente”, “eles (empresários) estão fazendo nosso pescado diminuir”, “por culpa deles (empresários) fomos impedidos de pescar nas melhores áreas”, “só sei fazer isso e ensinei ao meu filho e agora o que eu vou fazer?”, são exemplos de diversas temáticas evocadas, mesmo sem ter o conhecimento real dessas discussões, pelos próprios pescadores em seus discursos de revolta. Estima-se que duas mil famílias estão expostas ao risco de acirramento de vulnerabilidades mediante as novas formas de controle impostas no local, em parte pelo próprio Estado, e em grande parte pelas corporações que ali tem se instalado desde o início da década.

A relevância da presente proposta se apresenta por diversos motivos: a ineficiência de políticas públicas especificamente para a pesca pode estar contribuindo para a invisibilidade desses indivíduos frente às intencionalidades das corporações ali em processo de instalação. De modo que compreender quem é essa figura do pescador e o seu contexto espacial/temporal, tirando-o do anonimato estatístico oficial torna-se primordial nesse momento de inúmeros outros conflitos e incertezas. Nota-se, ainda, a pertinência em discutir, mesmo que de modo conciso e inicial, as possibilidades de ação desse grupo, seus espaços de luta, suas possibilidades de articulações de

resistência, objetivando que sua forma de reprodução social possa ser garantida e vivenciada aos que assim desejarem.

Outro aspecto a ser elencado nessa fração textual é a carência de estudos e literaturas específicas para o caso tratado. Evidentemente, ciente que uma pesquisa científica não deva ser impulsionada simplesmente pela carência de bibliografia, mas, ao mesmo tempo, reconhecer essa ausência nos coloca diante de um grande desafio reflexivo.

Nesse sentido, pretende-se entender como as transformações na região Norte Fluminense, relacionadas à refuncionalização dos espaços e aos recentes grandes investimentos industriais, estão se refletindo na pesca artesanal no município. De forma que a escolha do recorte, espacial e temporal, da análise está intimamente ligada à implantação do empreendimento. O recorte espacial escolhido é o município de São João da Barra- RJ e como recorte temporal temos inicio do processo de implantação do projeto, entre 2007 aos dias atuais, por se tratar de um processo ainda em curso.

Diante do exposto, questões surgiram delineando o que entendemos ser o objeto da pesquisa, tendo como questão central: Quais as implicações destes projetos na atividade do pescador artesanal no município de São João da Barra/RJ que possam acentuar possíveis vulnerabilidades sociais? Para a aproximação dessa explanação outras questões se apresentam: quem são essas pessoas ignoradas pelas estatísticas oficiais, mas que possuem estreita ligação com a história do lugar, com as construções simbólicas e territoriais ali presentes?

Acrescidas de outras questões, no discurso dos pescadores quais são os riscos de possibilidade de extinção da atividade no município? Em que momentos a questão da sustentabilidade ambiental é evocada? Que percepção os pescadores apresentam em suas falas dos grandes empreendimentos recém-chegados à localidade? Quais são os espaços de diálogo e qual é sua representatividade e legitimidade na percepção deles?

Tratando-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, trabalha-se com a suposição de que a construção do empreendimento tem exigido, por parte dos pescadores artesanais, novas formas de ordenamento territorial, impondo-lhes a necessidade de disputar por espaço e legitimidade. Verificou-

se que dezenas de pessoas ainda vêm sendo obrigadas a deixar sua principal atividade presente por conta de um projeto privado que fundamenta-se em uma noção de desenvolvimento que visa apenas atividades econômicas de interesse mercantil e exportador. Uma importante verificação no âmbito da pesca artesanal são as novas proibições do exercício da pesca e novos zoneamentos pesqueiros.

Objetiva-se caracterizar a figura do pescador artesanal no município, elencando, na perspectiva deles, quais são os principais conflitos emergentes no contexto espacial e temporal de análise. Especificamente, objetivamos buscar elementos que os caracterizem como tal e que elementos os unificam ou os separam, mapear a aglomeração continental desses indivíduos, averiguar a possibilidade de disputa por “territórios da pesca” entre os que historicamente exerciam a atividade e os novos atores. Por fim, mas não menos importante, reunir em categorias analíticas os problemas elencados pelos pescadores, em entrevistas, provocados pela construção desses grandes investimentos ditos estruturantes.

Com relação aos aspectos metodológicos, propõe-se como ponto de partida a revisão bibliográfica, *a posteriori* iniciou-se a fase de aquisição de dados secundários referentes especificamente ao levantamento documental, do Estudo de Impacto Ambiental- EIA e do RIMA do Distrito Industrial e levantamento dos microdados sociodemográficos da amostra junto ao Banco Multidimensional de Estatísticas- BME/IBGE, no intuito de caracterizar a população através dos Censos Demográficos- IBGE 2000 e 2010.

Como levantamento de dados primários foram realizados cinco visitas ao campo, nos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013 no intuito de captação de informações na ótica de diferentes agentes de transformação do espaço sanjoanense. Para isso foram realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados e abertos na busca pela caracterização dos envolvidos e pelos pontos de vista referentes ao mesmo processo. Estas inserções em campo possibilitaram a realização de entrevistas com os seguintes atores sociais: pescadores artesanais de rio, lago e mar, a diretoria da Colônia de Pescadores Z2 no distrito de Atafona, a diretoria da Associação dos Produtores Rurais e Imóveis do Quinto Distrito (ASPRIM), aos representantes do

empreendimento (2010), ao presidente regional da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Além da análise qualitativa, a partir do levantamento dos dados primários e secundários mapeou-se os principais investimentos de grande porte no estado, as principais áreas de localização de pescadores artesanais, entrepostos pesqueiros, com auxílio do software ArcGIS 10.1, importante ferramenta na confecção de mapas.

Outro importante ponto ainda precisa ser trabalhado na fração introdutória, ao longo do texto as palavras território e territorialidades aparecem sistematicamente. De modo que delimitar breves notas a respeito das duas se faz necessário. Os conceitos de território que mais bem se enquadram nessa proposta é o que aponta Souza (1995), quando diz que, em uma primeira aproximação conceitual, “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78). Tais relações de poder são, portanto, inerentes aos territórios, que podem ser (i)materiais, e variam de acordo com a temporalidade.

Já a territorialidade se expressa pela relação entre seres humanos mediatizadas nos territórios, “territorialidade será definida como a tentativa, por indivíduo ou grupo, de afetar, influenciar, ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011:76).

De antemão é necessário que se discuta, mesmo que de modo inicial, os recentes acontecimentos envolvendo o grupo gestor do Superporto do Açu (EBX) e as recentes mudanças oriundas de problemas de cunho financeiro e administrativo do mesmo. Reconhece-se a existência de um importante acontecimento que possivelmente mudará parte do que até aqui será exposto. A partir de julho de 2013, as ações do grupo EBX, negociadas em bolsa de valores, caíram abruptamente, uma desvalorização de aproximadamente 90%. A partir desse fato, o Grupo EBX anunciou mudanças e o desejo de negociar dívidas referentes aos empréstimos concedidos por bancos públicos. Um dos impactos mais sentidos foi a demissão de muitos funcionários e, especificamente no caso do Superporto do Açu, além das demissões, houve paralisação parcial das obras.

Outro grande problema que complexifica ainda mais este momento diz respeito à gestão organizativa da corporação. O Grupo EBX enquanto *holding* estabeleceu em seu plano estratégico de ações uma vinculação empresa a empresa, em outras palavras: as empresas eram vinculadas umas às outras no intuito de estarem atuando em todo processo produtivo, desde a extração de matéria prima, os aspectos logísticos, o beneficiamento, além de compra e venda de *commodities* no mercado global. Evidentemente, uma rede de relações tão complexas, tendem a ruir quando quaisquer um de seus investimentos básicos não estão em momentos de pujança.

A primeira empresa do grupo a enfrentar o que já foi descrito foi a OGX, hoje, OGpar. Outras empresas do grupo renegociam suas dívidas ou foram vendidas a outros grupos empresariais que assumiram o papel gestor. A partir dessas transformações o projeto pode ser revisto mediante as intencionalidades desses novos grupos. Nesse sentido, vê-se que diante nós estará o desafio de compreender no futuro, os ‘novos acontecimentos’ territoriais.

A presente monografia está dividida em dois capítulos que visam à discussão referente ao pescador artesanal no município de SJB por extenso. O primeiro capítulo discorre a respeito de informações que nos levam a compreender o histórico da região e traz elementos que subsidiam a contextualização espaço/temporal da figura do pescador artesanal, que será analisada em detalhe no segundo capítulo.

CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE: O REFLEXO DE UM PARADOXO REGIONAL

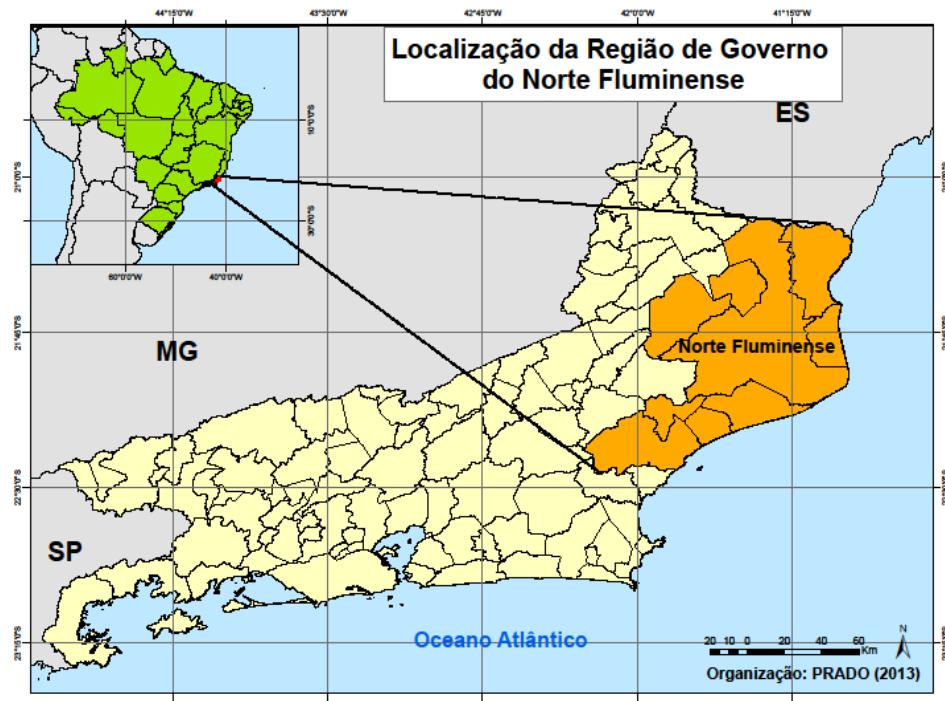
O primeiro capítulo visa, em linhas gerais, trazer uma discussão que contemple a importância do Norte Fluminense na contemporaneidade no que tange à alocação de recursos e de investimentos públicos e privados no Estado do Rio de Janeiro. Para que a proposta seja alcançada e para que o leitor possa ser levado a conhecer o contexto regional, o capítulo traz uma breve discussão histórica da região que abarca aspectos socioeconômicos e demográficos.

Num segundo subitem do capítulo destaca-se o processo de alocação do empreendimento estudado, o Superporto do Açu, no município de SJB/RJ por extenso e as transformações em curso oriundas do seu processo de instalação, principalmente no que tange aos pescadores artesanais que historicamente vivem em territórios localizados no município.

1.1. O Norte Fluminense: aspectos socioeconômicos, configuração territorial e poder.

A região Norte Fluminense (figura 01), onde se insere o município de São João da Barra, é fruto de desmembramento realizado pelo IBGE em 1987 em duas mesorregiões: Norte Fluminense (NF) e Noroeste Fluminense (NOF). De acordo com a atual divisão administrativa (Região de Governo) do Estado do Rio de Janeiro a Região Norte Fluminense atualmente é constituída por nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra.

Figura 01: Mapa de Localização da Região Norte Fluminense



O processo histórico de ocupação regional em nada se assemelha ao processo de ocupação experimentado pelo estado do Rio de Janeiro como um todo, pelo contrário, apresenta-se de forma inversa. Rua (2003) relata que o processo de ocupação foi no sentido do interior para a costa e destaca que as formações geomorfológicas litorâneas existentes na região não “permitiram a instalação de bons portos naturais”, de modo que tal povoamento se deu acompanhando os leitos dos rios do sentido continente para a costa.

A região como um todo foi marcada por processos de ordenamento territorial pautado essencialmente na produção e comercialização de produtos primários: pecuária, produção de cana de açúcar, mais recentemente, a partir das décadas 1970 e 1980, a produção petrolífera na Bacia de Campos, cuja atividade localizada representa 80% do total nacional. Paganoto (2008) relata que, mesmo com a prosperidade do setor petrolífero, a região expressa um paradoxo substancial quando se analisa seu quadro socioeconômico.

Por um lado, trata-se de uma região que foi beneficiada pelos recursos voltados para a modernização da agroindústria açucareira, principalmente a partir da década de 1950, bem como pelos recursos oriundos da extração do petróleo, a partir da década de 1980. Por outro, de uma região que chega ao século XXI reproduzindo e agravando sua herança histórica mais negativa, de pobreza, de exclusão e de desigualdades

sócio-econômicas, que a mantém entre as regiões mais problemáticas em termos de desenvolvimento, no Brasil, embora apareça como uma das que detém maior volume de recursos públicos locais para superar esse quadro (PAGANOTO, 2008:08).

Corroborando com essa perspectiva, outros autores, frequentemente, tratam a região como um enclave ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro ou como denomina Barbosa (2003) trata-se da “região problema do Estado”. Tais constatações confirmam-se quando analisamos as condições de vida e trabalho dos trabalhadores rurais da cana e a situação econômica estagnada até então. Cruz (2003) defende a hipótese de que a modernização do setor sucroalcooleiro não se estendeu aos demais setores da economia regional, sendo essa uma das principais causadoras dos problemas estruturais do Norte Fluminense:

A permanência da atividade sucro-alcooleira, em bases modernas, ao lado dos recursos herdados em função do exercício dessa atividade; o volume de capital fixo e de ambiente construído pela instalação do complexo extrativista do petróleo, pela sua produção e pelos negócios por ela desencadeados; e, a partir do final da década de 80, os *royalties* e as participações especiais pagos pela Petrobras aos governos municipais – não têm sido suficientes, por si sós, para alterar o quadro geral e essencial do desenvolvimento daquela região, caracterizado pelo baixo dinamismo do mercado de trabalho e da economia em geral, em termos de atividades econômicas, geração de trabalho e distribuição de renda (CRUZ, 2003:75).

A apresentação desses argumentos nos possibilita entender inúmeros processos engendrados até a contemporaneidade. Até a década de 1970, a atividade açucareira manteve-se como hegemonic, trazendo consequências na divisão territorial do trabalho, na estruturação das cidades e do campo, na manutenção das elites regionais e do poder por elas conquistado e na baixa possibilidade de dinamismo econômico. Para Pessanha & Silva Neto (2004) essa hegemonia de atividade foi responsável por perpetuar: “antigas relações de produção e de poder que, na sua essência, atuaram de forma restritiva à introdução de inovações e diversificação da produção econômica da região” (PESSANHA & SILVA NETO, 2004:60).

Os mesmos autores argumentam que o poderio das elites ‘imobilizando’ e restringindo as tentativas de introdução de outras produções (que não fossem associadas ao setor sucroalcooleiro), associadas a problemas estruturais, como a baixa oferta de energia elétrica, baixa qualificação de mão de obra, escassez de financiamentos em outras atividades, conduziram a região à estagnação econômica.

Cruz (2005) faz importantes contribuições a respeito de como as elites agropecuárias e agroindustriais de Campos ganharam visibilidade e poder de articulação plena com o Estado. Para o autor, a partir da fusão do Estado da Guanabara, antiga capital federal, em 1975 com o antigo Estado do Rio de Janeiro, donde a capital era o município de Niterói, fez surgir a necessidade de novos (re)arranjos, políticos, econômicos, antes mesmo da fusão de fato.

Nesse contexto, o Norte Fluminense ganhou destaque pela produção de petróleo e também pelos incentivos que o governo federal vinha oferecendo ao setor sucroalcooleiro. Dessa forma, as elites regionais, mais voltadas a essa ultima atividade, ganharam notoriedade pela possibilidade de geração de riqueza ao Estado do Rio de Janeiro emergente. Para CRUZ (2005:66):

As elites agropecuárias e agroindustriais de Campos assumiram o controle dos recursos repassados à região, graças a um bem-sucedido processo de obtenção do reconhecimento e da legitimidade para assumir a posição de representantes dos interesses regionais.

Internamente, o poderio das elites canavieiras, principalmente de algumas famílias, foi fomentado por tal postura do Estado e pelas estratégias por parte dessa mesma elite na manutenção do poder. Podemos destacar a distribuição de recursos públicos como uma dessas estratégias, os agroindustriais, principalmente, sempre demandaram políticas de incentivo a modernização da agroindústria canavieira ao governo federal e estadual. Tal posicionamento não obedecia a critérios funcionais da indústria (necessidade real) de introdução à modernização. Dessa forma, destaca ainda CRUZ (2005:66):

Essas elites foram bem-sucedidas em sua integração ao processo de reestruturação, do ponto de vista do acesso a uma grande massa de recursos não só financeiros, mas também institucionais e técnicos. Com isso, a estrutura que condicionava a hierarquia, a diferenciação e as desigualdades sociais se reproduziu em meio à modernização da economia.

Um dos aspectos centrais para fins de uma contextualização da dinâmica econômica nos anos 1970 é considerar a conjuntura internacional como um dos componentes ‘chave’ para a compreensão da dinâmica regional estudada. Isso é pertinente porque nenhum processo nas mais diferentes escalas é estanque a outros. Primeiro, notava-se por parte dos países importadores de açúcar (EUA e da Europa, principalmente) uma busca por diversificação de matéria-prima que não fosse a cana. Açúcares provenientes de beterraba e milho começaram ser produzidos e comercializados em maiores escalas, gerando queda (pelo aumento da oferta) no valor da saca de açúcar no mundo inteiro.

O segundo aspecto é que o Brasil vivenciava uma dependência plena da importação de petróleo, “correspondendo a mais de 50% do consumo nacional” (PAGANOTO, 2008:11). Em 1973, ocorreu o primeiro ‘choque do petróleo’, resultando na diminuição do ritmo econômico em vários países, porém, no caso brasileiro, o caminho foi o oposto:

Enquanto os países capitalistas centrais diminuíram o ritmo da economia diante do primeiro choque do petróleo, em 1973, o governo brasileiro manteve a linha desenvolvimentista, investindo em grandes projetos de infra-estrutura e na complementação da matriz industrial brasileira, além de insistir na ampliação da fronteira agrícola e na modernização da agropecuária e agroindústria [...]. Paralelamente e de forma lenta, o governo brasileiro implantou um programa de reestruturação da matriz energética com ênfase no aumento da produção de petróleo nacional e na produção de álcool de cana-de-açúcar, como combustível alternativo, principalmente para o setor automotivo (PAGANOTO, 2008:11).

Se, por um lado o setor açucareiro definhava, de outro lado, o setor alcooleiro ganhava força associado ao avanço das atividades petrolíferas na região. Concomitantemente, nesse período, instalava-se em Macaé a base de operações continentais da Petrobrás, intensificando novas dinâmicas econômicas ao mesmo tempo em que iam se criando estruturas para o atendimento de tais atividades. A busca pela redução de dependência internacional do petróleo trouxe ao Norte Fluminense transformações que até hoje são notadas principalmente nos municípios de Macaé e Campos dos Goytacazes.

Em virtude da diminuição da demanda de exportação do açúcar proveniente da cana-de-açúcar, um dos programas governamentais de maior influência econômica na região foi o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL). Criado em 1975, o PROÁLCOOL tinha por objetivo fomentar a diversificação da matriz energética através de subsídios para produtores de cana de açúcar e usineiros. Em 1979 o PROÁLCOOL foi ampliado sob a égide da audaciosa proposta em produzir um tipo de combustível alternativo, o álcool hidratado, justamente pelo reconhecimento de possível escassez do petróleo e dependência cada vez maior dos países produtores. Esse momento foi marcado pela (re)estruturação da produção canavieira em nível nacional, obviamente que, em diversas localidades, tais investimentos não trouxeram maiores transformações e dinamismos de fato.

Especificamente no caso do Norte Fluminense, do Estado de Alagoas e alguns estados nordestinos, o que houve foi uma continuidade de ações dos mesmos grupos no setor. Concomitantemente, houve um fortalecimento, por conta também de fomentos do Governo Federal, da agroindústria sucroalcooleira em São Paulo, principalmente no centro oeste paulista. Desde então, São Paulo se fortalece no cenário nacional da produção de cana e álcool não só pela capacidade produtiva, bem como pelo desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias voltadas especificamente ao beneficiamento de mudas, maquinários e produtos químicos de correção do solo.

Ainda discutindo o contexto regional na década de 1970, é válido destacar a situação das atividades petrolíferas. As prospecções do petróleo de procedência marinha⁵ aumentaram, gerou divisas aos municípios e acabou por (re)organizar sob essa lógica as demais atividades e o próprio mercado de trabalho. Em muitas décadas foi a primeira vez que as elites locais-regionais vinculadas à produção de açúcar não puderam determinar e condicionar diretamente ações do Estado. Não se tratou de uma ruptura total do poderio

⁵ Vale destacar que as explorações offshore no Brasil começaram em 1968 com a perfuração na Bacia de Campos. Em virtude das eminentes crises do petróleo e toda a conjuntura internacional, a Petrobrás criou neste mesmo ano o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (CENPES) destinado a fomentar pesquisas e conhecimento técnico na exploração em águas profundas. No entanto, foi em 1983, com a criação do Programa de Capacitação Tecnológica em Águas Profundas (PROCAP) que a Petrobrás iniciou um forte investimento em P&D (pesquisa e desenvolvimento) para desenvolver tecnologias capazes de extrair petróleo a mais de 400 metros de profundidade. Sobre este assunto ver ORTIZ NETO & COSTA (2007).

dessas elites, visto que até o presente esses agentes ainda possuem certa relevância, mas, evidentemente as ações da Petrobrás apontavam para um sentido oposto às petições das elites. Um exemplo desse posicionamento foi à escolha do município que recebeu a base de operações continentais, o empresariado açucareiro clamava para que fosse em Campos dos Goytacazes, contudo, alegando razões técnicas e de proximidade geográfica com a capital, o Estado decidiu-se por Macaé.

A década de 1980 foi considerada por autores como PAGANOTO (2008) e SILVA (2012) como a década perdida, caracterizada por uma ruptura no ritmo de crescimento econômico experimentado pelo país até então. O Estado do Rio de Janeiro como um todo passou a refletir essa queda dos investimentos de médio e grande porte. A Região Norte Fluminense acompanhou o ritmo do país, contudo, devemos neste caso fazer um maior esforço analítico, já que Silva (2012) relata que as taxas de crescimento do interior fluminense no período foram maiores do que a porção metropolitana, justamente por uma mudança de perfil da indústria no Estado. Segundo o autor:

É importante assinalar que ao longo da década [tratando dos anos entre 1980-1990] observou-se uma maior diferenciação, em termos de taxas de crescimento, entre a dinâmica do interior fluminense e da porção metropolitana do território estadual. É possível ver que o melhor dinamismo do produto interno interiorano se estabeleceu a partir de meados da década, período que coincide com a expansão da produção petrolífera da bacia de Campos (SILVA, 2012:59-60).

Com relação ao comportamento do setor sucroalcooleiro na região, mesmo com o aumento de demandas advindas do Proálcool, Bernardes (1993) diz que houve um aumento de área colhida, entretanto, bem menor do que ocorreu em outras partes do país. Entre os anos de 1970 e 1985, ainda segundo a autora, a produção de cana do país aumentou 239,26% enquanto no Norte Fluminense apenas 57,61%. Autores como Bernardes (1993), Cruz (2003) e Paganoto (2008) apontam possíveis causas para o declínio experimentado pelo setor desde 1980.

Dentre as principais causas destaca-se: o caráter familiar dos proprietários de usinas e a manutenção de formas arcaicas de gestão, o não desenvolvimento de pesquisas de cultivo e manejo da produção local, a

introdução de modernização na indústria sem o aporte de matéria prima suficiente, a não diversificação produtiva regional, foram causas da decadência do setor, que só resistiu por décadas pelos subsídios governamentais.

Além destes autores, uma argumentação que complementa as ideias até aqui apresentadas, é a feita por Souza & Ponciano (2006), os autores defendem a ideia de que o declínio do setor está relacionado à extinção do IAA⁶ em 1990, somado à redução de repasses financeiros do Proálcool, associados aos:

efeitos dos sucessivos planos econômicos, de dívidas em dólar assumidas no processo de modernização das firmas, agravadas pela desvalorização da moeda nacional, além dos custos elevados e da baixa produtividade associada ao déficit hídrico regional, que implicaram em desvantagens num contexto de acirramento da competição com outras operações (SOUZA & PONCIANO, 2006:171).

O setor ia perdendo sua representatividade e importância e agravando a situação da classe trabalhadora.

Completando o cenário de crise no setor, a partir da década de 1980, a atividade canavieira passou a ser alvo de denúncias constantes nas mídias e pelos movimentos sociais no que tange à precarização do trabalho na queima e corte da cana nos períodos de safra. Os trabalhadores conhecidos como *bóias frias* enfrentavam todo o tipo de constrangimentos e exposição ao risco diário da atividade, os usineiros, por sua vez, reproduziam modelos arcaicos de gestão de pessoal, com características de submissão do trabalhador rural, casos de trabalho escravo⁷ foram denunciados, precarização das condições de trabalho (não fornecimento de EPI's⁸ específicos), informalidade da mão de obra, arrendamento de mão de obra volante proveniente em sua maioria dos estados do Maranhão, Alagoas e Bahia⁹ que acabaram fixando residência em

⁶ Segundo MIYASHITA et al. (1987) o Instituto do Açúcar e do Álcool, foi uma autarquia federal fundada em 1933 com objetivos mais claros até o Golpe Militar em 1964, após esse período vivenciava uma crise com relação a sua função. Em linhas gerais o objetivo principal era de fomentar, através de incentivos fiscais, a instalação de destilarias anexas as usinas de açúcar, no entanto o IAA foi extinto em 1990.

⁷ Casos até hoje encontrados na região, como no caso da Fazenda Marrecas em 2010 em que 95 cortadores em situação de escravidão foram encontrados e libertos em uma ação conjunta da Polícia Federal e Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de Campos dos Goytacazes- RJ.

⁸ São equipamentos de segurança básicos na queima e corte da cana de açúcar: boné árabe ou touca, peneiras, luvas de fio de aço, óculos de proteção solar e de impactos aos globos oculares, avental, proteção rígida para materiais perfuro cortantes.

⁹ Os estados de origem apresentados foram elencados em entrevistas realizadas nos redutos de mão de obra da queima e corte de cana (distritos de Campos: Tocos e Goitacases, e nos

áreas periféricas acentuando o processo de favelização. Tal situação se agravou, trazendo aos municípios produtores de cana (principalmente Campos dos Goytacazes, Quissamã e São João da Barra) casos de violentos conflitos agrários, o estímulo da mão de obra desqualificada criou redes de migração que não reduziram de volume na década e uma acentuada periferização nesses municípios.

Para concluir a situação da indústria canavieira na década de 1980, breves apontamentos ainda carecem de maior esforço analítico a fim de compreender o presente. O primeiro deles é que todo o processo histórico da atividade na região analisada gerou inúmeras consequências negativas, evidentemente não é objeto da pesquisa tal detalhamento, mas não podemos negligenciá-los. Cruz (2004) acredita que a expansão da monocultura da cana e consequentemente a anexação de terras pelos latifundiários, trouxe a eliminação de lavouras de subsistência e culturas tradicionais, além disso, criou redes de trabalhadores sazonais que se perpetuaram até bem pouco tempo.

A década de 1980 é marcada por grandes transformações na Região Norte Fluminense. Sendo o mais representativo o sucesso (no ponto de vista de gestores e empresários) da exploração petrolífera na Bacia de Campos. O município de Macaé adquiriu o caráter de ‘local das oportunidades diversas’ ou ‘el dourado do Brasil’, visto por muitos brasileiros e apontado pela mídia como local de oportunidade para ingresso no mercado de trabalho formal e público. Obviamente o estímulo à migração foi tamanho que em meses a cidade abandonou seu perfil de cidade de segunda residência/balneário para vivenciar um “boom” populacional. Não se pretende relacionar a cana até então, com a situação descrita em Macaé na década de 1980. Como são processos de naturezas distintas, escalas distintas, setores distintos e temporalidades distintas, relacioná-los seria uma atitude pouco criteriosa. Com as devidas proporções, o volume no incremento do aporte populacional de Macaé nesse período superou ao largo os deslocamentos e fixação de pessoas nos casos de mão de obra da cana de açúcar, mas ambos em concomitância servem de atividades que ‘nortearam’ o ordenamento territorial local e as políticas construídas nesse período.

Até meados da década de 1990 o país enfrentou momentos de dificuldades na economia interna associadas ao aumento da dívida externa, com uma moeda instável e fraca, vivenciando um longo período de inflação. A partir da segunda metade da década o Brasil passa por um fortalecimento econômico, com a estabilização da moeda (agora o Real) dando condições a efetivação de grandes obras e políticas territoriais. Um marco nessa fase foi à criação do Ministério das Cidades em 2003 permitindo a reunião de estudiosos que visavam elaborar políticas territoriais pertinentes às necessidades de cada estado e da União, além do Plano Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) feito pelo Ministério da Integração Nacional em 2005.

Pode-se dizer que o país reproduziu o modelo neoliberal caracterizado por privatizações e consequentemente, pela redução do papel de empresário do Estado. A “Abertura Econômica” do Governo Collor aumentou o acesso de multinacionais para instalação de filiais no território nacional e para entrada de produtos importados, sendo o ápice dessas negociações já no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Com a retomada do crescimento econômico ao longo dos anos entre 1990-2000 e, principalmente, após a instauração do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC (janeiro de 2007), durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve um efetivo rearranjo nas ações governamentais, e em concomitância retomou-se a discussão sobre a efetivação de grandes de grandes projetos em setores estratégicos da economia. Nesse processo, o Estado do Rio de Janeiro foi privilegiado na alocação de recursos públicos e/ou privados, a título de elucidação apenas, só no que tange aos investimentos do PAC I em todo o país o Rio de Janeiro foi a UF que mais recebeu investimentos do programa. A figura 02 e 03 nos mostra os investimentos públicos e privados de grande porte no Estado do Rio de Janeiro.

Figura 02: Mapa dos Grandes Projetos de Investimentos em Curso no Estado do Rio de Janeiro



Figura 03: Mapa de Investimentos Públicos e Privados no Estado do Rio de Janeiro (2011-2013)



Fonte: Folha de São Paulo em 22 de maio de 2011 e cartografado pelo autor.

Oliveira (2003) atesta que as taxas de crescimento do interior do Estado também possuem estreita ligação com a sua industrialização. Para o autor a industrialização do interior fluminense tem sido tão representativa que seria possível se falar em uma emergência de economias regionais no Estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é válido destacar o argumento de Rua (2002) ao apontar que vivenciamos um período de verdadeiros “eixos de urbanização” em diferentes direções no Estado.

Analizando a figura 02, nota-se dois eixos de maiores investimentos: centro-sul (Região Metropolitana [principal na alocação de recursos dos governos por conta das Olimpíadas e da Copa do Mundo]) e Norte Fluminense (segunda na alocação de recursos públicos e privados no estado), investimentos em diferentes setores e das mais distintas ordens, destacando-se o Complexo Logístico Farol Barra do Furado (divisa Campos dos Goytacazes e Quissamã), o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPETRJ) em Itaboraí, a TKCSA (Santa Cruz), o Arco Metropolitano (abrangendo oito municípios), as Hidrelétricas de Anta/Simplício no médio Rio Paraíba do Sul, duplicações de estradas de rodagem como a da BR 101, e não menos importante o Superporto do Açu. Evidencia-se o privilégio de projetos de cunho logístico industrial de grande porte, vias, dutovias, minerodutos, ampliação de portos e aeroportos.

O quadro 01 traz os principais projetos de investimento, sua natureza, prazos de conclusão, fonte dos recursos investidos, situação da obra e, em alguns investimentos, o valor estimado da obra.

Quadro 01: Grandes Investimentos Públicos e/ou Privados em Curso no Estado do Rio de Janeiro 2000-2013

Empreendimento	Descrição
Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPETRJ	Complexo industrial voltado aos derivados do petróleo e produtos petroquímicos. As obras foram iniciadas em maio de 2008 e a primeira fase, terraplanagem concluída em 2011.

Complexo Logístico Industrial Farol/Barra do Furado	O projeto é fruto de parceria público privada (PPP), as obras foram iniciadas em 2012 na divisa entre Quissamã e Campos dos Goytacazes. Nesse mesmo ano elevado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro a categoria de utilidade pública e interesse social.
Hidrelétrica de Anta Sapucaia e Usina Hidrelétrica de Simplício (Chiador)	Trata-se de um projeto de FURNAS no Rio Paraíba do Sul, alocadas na divisa Rio de Janeiro X Minas Gerais, especificamente nos municípios de Além Paraíba, Sapucaia no interior fluminense, e Chiador em territórios mineiros.
A Companhia Siderúrgica do Atlântico (ThyssenKrupp - CSA)	Complexo siderúrgico inaugurado em 2010 na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. É fruto de parceria entre o grupo alemão ThyssenKrupp com a Vale. De acordo com informações da empresa em sua página virtual a construção do empreendimento é o maior aporte privado nos últimos 10 anos.
Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Em fase de construção desde 2008, é um projeto do governo do Estado com parceria do Governo Federal, cortando oito municípios, ligando Itaboraí a Itaguaí totalizando 146 km de estradas de rodagem.
Superporto do Sudeste	É um porto privado e de uso misto voltado à movimentação de minério de ferro. De propriedade da MMX,

	situa-se no município de Itaguaí e está em fase de licenciamento para expansão do projeto inicial.
Duplicação da BR 101	As obras foram iniciadas em 2005, sendo uma importante via longitudinal brasileira que atravessa 12 UF's. Especificamente no Rio de Janeiro muitos pontos já foram duplicados e a obra está em fase conclusiva.
Sistema Minas-Rio	De propriedade da Anglo Ferrous Brazil, criado em 2008, e ainda em curso, o projeto visa transportar minério do município de Conceição do Mato Dentro- MG, beneficiar parcialmente no município de Alvorada de Minas- MG e transportar através de um mineroduto (525 km) até o Superporto do Açu em São João da Barra- RJ. Ao todo, a construção se conclusa for, atravessará 32 municípios.
Superporto do Açu	O projeto já foi denominado Porto do Açu, Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu- CLIPA, atualmente ainda em fase de construção, pertence ao Grupo EBX e mais recentemente outras empresas adquiriram frações da retroárea. Tinha como sócio majoritário o empresário Eike Batista. Desde 2007, ano de início das obras, o empreendimento tem sido ampliado, conta com um grande porto, com 02 píeres de 17 km

	cada, podendo atracar 47 embarcações concomitantemente. Tal empreendimento será mais bem descrito <i>a posteriori</i> .
--	---

No contexto regional do Norte Fluminense até os anos 2000 notava-se a reprodução da estagnação observada em décadas pretéritas, o ordenamento territorial e a divisão social do trabalho permaneciam praticamente inalterados. Assim sendo, a região vivenciava anos de esvaziamento demográfico nos municípios, com exceção de Campos dos Goytacazes e Macaé, principalmente em áreas fora dos distritos sede. O perfil populacional, em geral, dos que permaneciam era predominantemente envelhecido, feminino e de crianças, já que assim como em outros exemplos dentro e fora do país, o estímulo à migração atinge especialmente: jovens, do sexo masculino, pouco escolarizados dispostos a migrar.

Atualmente a Região Norte Fluminense caracteriza-se pela retomada de um dinamismo econômico e inserção de novas frentes de trabalho. Setores como da construção civil, industriais, portuários e de serviços encontram-se aquecidos configurando mudanças substanciais no quadro exposto até o momento. A título de ilustração, a tabela 01 apresenta os investimentos industriais decididos (não necessariamente já materializados) por regiões de governo fornecidos pela FIRJAN. Podemos constatar através de uma análise preliminar, que a Região Norte Fluminense está em posição de destaque no setor secundário, em alocação investimentos, apenas a baixo da Região Metropolitana. A federação prevê que até 2014 serão investidos 25,79 bilhões de reais somente no segundo setor.

Tabela 01: Valores dos Investimentos Industriais Decididos Segundo Regiões de Governo no Estado do Rio de Janeiro

Regiões de Governo do estado do Rio de Janeiro	Total de Investimentos 2010 - 2014 (Bilhões de Reais)	Investimentos 2010 - 2012 (Bilhões de Reais)	Investimentos 2012 - 2014 (Bilhões de Reais)

Estado do Rio de Janeiro (total)	162,18	66,21	95,97
Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ)	90,35	35,49	54,85
Região Norte Fluminense	40,33	14,53	25,79
Região Costa Verde	14,99	7,15	7,83
Região Médio-Paraíba	9,21	3,39	5,82
Investimentos Não Individualizados	4,17	3,99	0,18
Região Noroeste Fluminense	1,59	0,59	1,00
Região Centro- Sul Fluminense	1,07	0,67	0,40
Região Serrana	0,32	0,29	0,03
Região das Baixadas Litorâneas	0,15	0,09	0,06

Fonte: Relatório Decisão Rio- FIRJAN

A partir do exposto, grandes projetos têm sido implantados ou estão em fase de licenciamento, como é o caso de portos privados. Por décadas, o empresariado aponta que o crescimento do país, leia-se, crescimento apenas no que diz respeito às atividades econômicas, esbarra no que denominaram os especialistas em logística, de “gargalos logísticos”. Essa denominação faz referência à ideia de afunilamento, trata-se de problemas estruturais nas redes, nos nós e nos modais de transporte que inviabilizariam um maior lucro, já que as ditas ‘barreiras’ encareceriam o produto final e aumentariam o tempo entre pedido e entrega.

Tais demandas, evocadas por diferentes seguimentos – industriais, latifundiários, pecuaristas - estão sendo ‘resolvidas’ pelo governo brasileiro com aumento de concessões de vias, portos já existentes e com a liberação de construção de estruturas privadas que facilitem as ações das corporações. Nesse bojo, projetos de portos, aeroportos e linhas férreas estão sendo concedidos a empresas privadas visando alavancar seus negócios e, supõe-se que consequentemente, a economia do país.

O sistema portuário brasileiro não mais atende aos interesses apenas do Estado, novos usos, concessões e novos portos privados tem se efetivado em nome de projetos corporativos voltados essencialmente a exportação de produtos primários (*commodities*) e a importação de produtos industrializados. Castro (2000), trabalhando com os desafios da regulação portuária nos anos 2000, descreve que as operações portuárias já são quase em totalidade privadas e:

Já se encontra consolidado o arrendamento das principais áreas nos portos públicos a operadores portuários. Dentro desse ambiente, as decisões de expansão de capacidade, oferta de serviços, e preços, passam a ser determinadas por uma lógica privada e pelos fatores individuais de cada empresa (CASTRO, 2000:04,05).

A diminuição dos portos administrados pelo Estado é visto positivamente por autores como Monié & Vidal (2006), Monié (2011) apontando que após o aumento de concessões a produtividade dos portos aumentou significativamente e de certa forma, isso beneficia o país. Para MONIÉ (2011:312) “um dos principais efeitos da reforma portuária reside no aumento da produtividade dos portos possibilitado pelos investimentos setoriais, pela diminuição da massa salarial e pela adoção de novos métodos de gestão”.

Contudo, os mesmos autores alertam que mesmo com a ampliação de diversos portos (como de Santos-SP, Rio de Janeiro- RJ, Itaguaí-RJ e Suape-PE) e com a criação de outros como o de Pecém- CE, o sistema portuário brasileiro ainda está operando em capacidade máxima, quase 90% de capacidade ocupada dos portos, destacando a multifuncionalidade portuária (contêineres, grãos, minérios, pessoas em trânsito). Em outras palavras, o sistema portuário brasileiro tem atendido de forma regular as necessidades, mas carece de reformulações nas operações, ampliação de capacidades, para que possa deixar de ser um “gargalo logístico” às atividades comerciais do país.

Nessa lógica é que o Porto do Açu (depois denominado Super Porto do Açu) é pensado pelo Grupo EBX, que alega as dificuldades de escoamento de sua produção e por isso tem buscado em diferentes partes do país áreas para construção de projetos infraestruturais, com apoio e muitas vezes financiamento do Estado.

1.2. Caracterização Demográfica

Para compreendermos os processos em curso no recorte espacial de análise, faz-se necessário caracterizarmos a população envolvida. De antemão reconhece-se que tal descrição do contingente populacional contempla apenas alguns aspectos da dinâmica demográfica. Alavancados pelas inúmeras transformações em curso, os grupos populacionais da região tem se reorganizado nos territórios nos mais diferentes arranjos.

Com relação à população total, tabela 2, organizada a partir dos dados dos dois últimos Censos Demográficos IBGE 2000-2010, houve um crescimento do aporte total nos dois primeiros recortes espaciais apresentados. Apenas em São João da Barra houve um incremento de mais de cinco mil pessoas, evidentemente excluindo os valores referentes a fecundidade total, o aporte foi significativamente incrementado pela chegada dos migrantes recentes¹⁰.

Tabela 2: População Total - 2000-2010

Região/Município/Localidade	Ano	
	2000	2010
Norte Fluminense	484.188	650.817
São João da Barra	27.682	32.747
Pipeiras (5º Distrito)	*	1.929

Fonte: Censos Demográficos 2000/2010 BME- IBGE

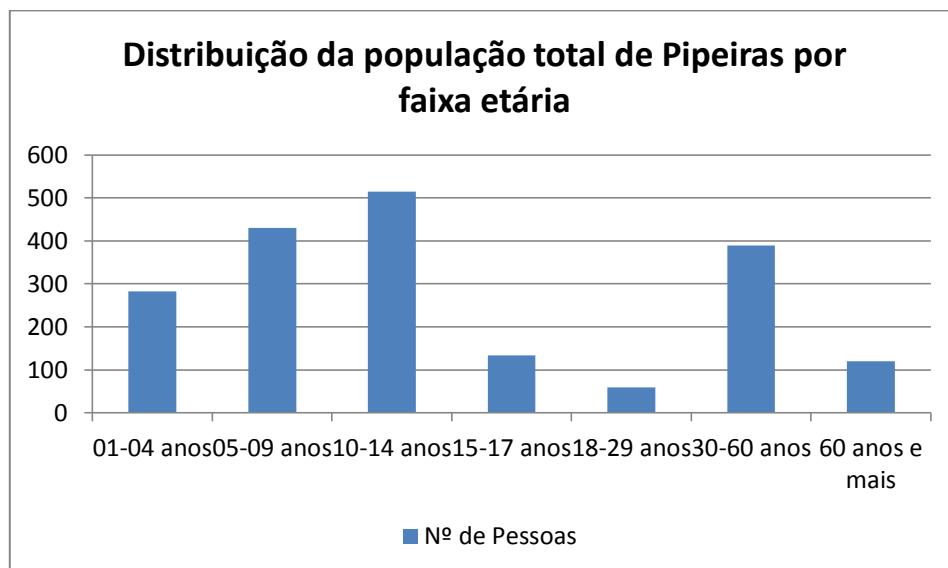
*Valores não captados pelo Censo Demográfico- IBGE 2000.

O distrito de Pipeiras (5º distrito) área da maior concentração de desalojados oriundos da construção do Superporto do Açu, foi o mais complexo de captação de dados secundários oficiais, por isso trataremos de uma caracterização realizada a partir dos poucos resultados do ultimo Censo

¹⁰ Entende-se por migrante recente aquele indivíduo que no ato do recenseamento fixou residência nos últimos 05 anos. Tal forma de caraterização é proposta pelo IBGE desde 1991.

Demográfico fornecidos pelo IBGE- 2010 e dos dados obtidos em campo. Com relação ao perfil etário da população, figura 04:

Figura 04: Distribuição da população total de Pipeiras por faixa etária



Fonte: BME-IBGE Censo Demográfico 2010.

Nota-se através dos dados que a população, como em diversas áreas do país ditas rurais¹¹, ainda vivenciam processos de evasão em idade produtiva, ou seja, no ano de captação dos dados (2010) os indivíduos do local já não estavam sendo absorvidos pela construção do empreendimento, e pior, em muitos casos estavam sendo desapropriados de suas terras. Ao analisarmos os dados de renda notamos que boa parte da população local, que essencialmente vive das atividades agrícolas, incrementava a renda total por domicílio com auxílio de algum programa de assistência social do governo: 316 famílias eram atendidas pelo Programa Bolsa Família e outras 108 famílias eram atendidas por outros programas de transferência de renda¹².

Quando analisamos a diferenciação por gênero, na faixa etária de 15 a 30 anos, os dados apresentaram predominantemente população feminina, o que reforça a hipótese de migração da força de trabalho. Outros dados como instrução e taxa de fecundidade revelam um contexto de evasão escolar em

¹¹ Mesmo considerando o fim da dicotomia rural X urbano no caso Brasileiro. Assim como propõe RUA estamos diante de novas formas de apresentar os espaços, o campo por conta da entrada das atividades não agrícolas adquire elementos urbanos. E os espaços ditos urbanos tem recuperado características que valorizam aspectos (i)materiais do campo.

¹² Não discriminados pelo IBGE em divulgação de resultados.

massa ou de histórica concentração de analfabetos, ainda analisando os resultados temos: 1.929 pessoas se declararam sem escolaridade alguma e o número de filhos por mulher chega a quatro em idade fértil. Nas visitas em campo todos os dados apresentados puderam ser confirmados, com algumas exceções evidentemente. Nas faixas litorâneas, proximidades da Praia do Açu, por exemplo, local de intensas desapropriações, nota-se inúmeros imóveis de segunda residência ou veraneio, de modo que, pelos dados dos censos, essas famílias possivelmente não foram captadas.

Kury et al. (2010) através de uma metodologia própria busca caracterizar a população do distrito de Pipeiras. Para a autora, a população se apresentou como não preparada para a absorção do mercado de trabalho que vêm se construindo com a chegada do porto e das indústrias. Mesmo fora do quinto distrito, segundo ela, a população sanjoanense é pouco qualificada para assumir boa parte dos cargos já existentes e previstos. Em visita a sede do porto em 2010 o discurso dos funcionários é que brevemente a EBX construiria no quinto distrito e no centro de São João da Barra centros de formação básica e técnica para o preparo da mão de obra local. Contudo, até a ultima visita, em julho de 2013 não havia nenhum curso em funcionamento.

Os dados apresentados nessa fração textual são oriundos, em maioria, dos resultados apresentados pelo IBGE pós captação do ultimo Censo Demográfico (2010). De modo que torna-se um desafio a compreensão do presente considerando apenas esses dados, as estatísticas por mais bem planejadas, executadas, compiladas e analisadas não contemplam o que entendemos como totalidade do lugar. Com o exposto, dedico os próximos parágrafos a delinear algumas percepções nascidas das visitas ao campo no município em questão.

A primeira percepção diz respeito à suposta evasão de população em idade ativa- PIA. Tal dado pode ser questionado com veemência mediante as visitas aos lotes de produção agrícola familiares e aos pescadores do município de São João da Barra/RJ. Muitas das entrevistas, que servirão de subsídio empírico desse trabalho, foram concedidas por jovens, do sexo masculino, ocupados essencialmente no exercício da agricultura, pecuária e da pesca. Foi encontrado um grande contingente de jovens de ambos os sexos, inclusive de

matrimônio recente, manifestando em suas falas o interesse em continuar na atividade de sustento histórico de suas famílias.

Outro apontamento que carece ser analisados é a discussão referente aos dados de escolaridade da população. Nas entrevistas e conversas informais muitos indivíduos relatavam que estavam regularmente matriculados em escolas, muitos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos- EJA, e outros na modalidade EJA- Supletivo, o que possivelmente, num futuro recente, possa se refletir em mudanças estatísticas referentes a temática. Mesmo assim, o aumento aparente da escolaridade não despertava, em maioria, o desejo de mudança de atividade/ocupação e nem das localidades de residência.

Ainda referente a esses dados, o IBGE divulgou que apenas seis escolas em todo município oferece o Ensino Médio e trinta e nove o Ensino Fundamental, sendo assim, estamos diante de uma discrepância organizativa/funcional que pode excluir os alunos das áreas mais distantes de conclusão da formação básica.

Os dados oficiais do IBGE apontam valores que ao largo distanciam-se da realidade. A maior parte dos pescadores ouvidos não tinham sido visitados por recenseadores, o que os coloca diante um problema identificado na presente pesquisa que é a invisibilidade dessas pessoas. Dados obtidos junto a Colônia de Pescadores Z2 de Atafona indicam que mais de duas mil pessoas estão envolvidas na pesca no município.

1.3. Lócus do Super Porto do Açu: São João da Barra/RJ

O projeto de porto surge no início da década de 2000 com uma proposta do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do então Governador Anthony Garotinho, ao empresário Sr. Eike Fuhrken Batista, até então sócio majoritário do Grupo EBX. Tal intencionalidade pode ser observada através do exposto por MARTINS (2013:29) quando em sua argumentação traz a entrevista do então Secretário de Energia, Indústria Naval e Petróleo do Estado no mandato do governador mencionado. Segundo a autora em abril de 2010, Wagner Victer disse ao Jornal O Globo:

Tínhamos em nosso plano de ação a preocupação de desenvolver um projeto estruturante para a região norte do

estado do Rio de Janeiro. Afinal, como todos sabem, o petróleo que é extraído na Bacia de Campos é um recurso finito, que está gerando riquezas para aquela região, assim como desenvolvimento. Entretanto, quando seu ciclo cessar poderá deixar para trás um rastro de miséria e desemprego, caso não fossem desenvolvidos projetos de desenvolvimento permanentes na região, que pudessem manter os empregos e desenvolvimento permanentes na região, que pudessem manter os empregos e desenvolvimento gerados no setor. VICTER (2010) apud. MARTINS (2013:29).

A proposta inicial, como quase sempre ocorre em se tratando de grandes obras de investimentos, foi recebida com satisfação por boa parte da população do município e nos municípios vizinhos. Em 2010, muitos ouvidos declaravam abertamente sua satisfação em receber tal projeto, incorporaram e imediatamente difundiam a ideia do desenvolvimento local e da geração de emprego e renda ao município associada à instalação do empreendimento. Agricultores relataram nesse momento que pensavam que se tratava de uma obra pública e que possivelmente poderiam acionar o serviço portuário para escoar suas produções para capital e outras UF's.

Outro grupo que comemorava tal investimento eram os empresários e as elites sanjoanenses e campistas. Acreditavam que a Petrobrás compraria a ideia de integrar esse projeto, inicialmente apenas de porto, utilizando como base de apoio as atividades de prospecção de petróleo da camada Pré Sal na Bacia de Campos. Contudo, notou-se imediatamente a associação da Petrobrás ao porto como falácia, quando no mesmo ano a empresa lançou uma nota alegando que, por questões operacionais e logísticas, não manifestava interesse em tal processo de instalação.

A partir do exposto, o projeto do porto foi sendo construído, mas o licenciamento de fato e inicio das obras só ocorreu no ano de 2007, já no mandato do Governador Sérgio Cabral Filho. A título de apresentar essa “engenharia do poder” o governador recentemente licenciado foi eleito em julho de 2006, com apoio total tanto do Anthony Garotinho quanto de sua esposa Sr.^a. Rosângela Barros Assed Matheus de Oliveira, conhecida como “Rosinha Garotinho”. Logo no primeiro mandato, Sérgio Cabral Filho rompeu os laços políticos com os ex-governadores, principalmente com a mudança de filiação partidária do casal, que migrou para o Partido da República- PR.

Ainda no ano de 2007, o projeto do porto ganhou novas conotações. A maior mudança no que vinha sendo difundido tanto pelo Governo Estadual, quanto pelo grupo empresarial em questão, é a funcionalidade do porto que começava a ser construído. Em outras palavras, o projeto logo em fase inicial perdeu seu caráter simplesmente portuário, o grupo passa então a apresentar como a maior “obra industrial portuária das Américas” (figura 05) de acordo com o Relatório da AGB (2011:04). Trata-se então de um terminal privado de uso misto no conceito porto indústria.

Figura 05: Projeto do Complexo em 2013



Fonte: <http://www.llx.com.br> em 02/12/2013.

Em notas oficiais a LLX, nesse momento gestora do empreendimento, apresentava o projeto como sendo o segundo maior porto do mundo, estando apenas atrás do Porto de Roterdã na Holanda. Além disso, alegavam que teria o maior calado¹³ do país, sendo possível a atracação dos navios tipo Chinamax (um dos maiores do mundo, inclusive maiores do que os do tipo Panamax). Teria uma grande retroárea industrial contendo: plantas de pelotização,

¹³ Calado é uma medida náutica que refere-se a profundidade total entre o assoalho oceânico e a superfície no entorno do píer de um porto.

indústrias cimenteiras, um polo metal-mecânico, unidades petroquímicas, siderúrgicas, montadora de automóveis, pátios de armazenagem, usinas termoelétricas, um grande mineroduto de mais de 500 quilômetros ligando o município de Conceição de Mato Dentro- MG, até Alvorada de Minas para o beneficiamento minérios e depois até o porto visando o mercado asiático.

Ao contrário do que era previsto, a retroárea do empreendimento pode aumentar consideravelmente, até o ano de 2012 o tamanho estimado era de 7.200 hectares e já tinham sido gastos US\$ 40 bilhões com capital público (através do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC e financiamentos junto ao BNDES) e capital privado, de origem nacional e estrangeira, com investimentos oriundos da China para investimento na LLX em 2011.

Os *píeres* de atração são os projetos mais adiantados atualmente, as obras iniciaram em 2007 e já estão em fase de operações. Objetiva-se, segundo apresentado por representantes da LLX em visita e encontrado também na página oficial, contarem com 17 km de *píeres* e quarenta berços de atracação visando alcançar a movimentação de 350 milhões de toneladas de minérios por ano. O caso das demais indústrias, já apresentadas anteriormente, a situação se complicou mediante a queda de credibilidade, e financeira do Grupo EBX em julho de 2013.

Atualmente, o futuro do município é uma verdadeira incógnita e tal situação tem despertado na maior parte da população um misto de sentimentos de revolta, indignação e desespero por não saberem seus destinos num futuro próximo. Especialmente dentro desse grande grupo estão os pescadores artesanais do município, objetos desse esforço analítico, que há muito já manifestavam um descontentamento geral com os representantes do empreendimento, com a negligência do poder municipal e principalmente com o descumprimento de acordos e medidas de compensação determinadas pela justiça ao Grupo EBX em prol dos pescadores.

Nota-se que o município enfrenta um forte processo de industrialização, de refuncionalização dos espaços, e de um verdadeiro (re)ordenamento territorial que pode expor esses indivíduos ao que HOGAN (2000) trata como ‘vulnerabilidade social’. Nesse sentido, observar a implantação do empreendimento na ótica de um dos grupos mais atingidos negativamente, se faz notadamente necessário. Os pescadores no município alegam inúmeros

processos negativos desencadeados desde o ano de 2007 (inicio das obras). A saber: problemas relacionados a novos zoneamentos pesqueiros, o fato de serem ignorados nos processos de decisão, a possível escassez acelerada de alguns tipos de pescado e um dos mais graves, a destruição do modo de fazer, ou modo de vida do pescador sanjoanense.

Apesar de não ser diretamente objeto de estudo dessa proposta de pesquisa, é impossível ignorar a existência de inúmeras ações ambientalmente duvidosas do grupo empresarial e que tem sido destacada pelos pescadores como mais uma forma de conflito. Tratam-se de questões ambientais de grande influência na vida dos residentes e que dependem de acessar sistemas lacustres como forma de reprodução social. Pesquisadores da UENF, coordenados pela Professora Dr.^a Marina Suzuki, em 2013 alertaram a possibilidade de salinização de inúmeros canais na região, sendo o canal do Quintinguti o caso mais grave.

Outra importante contribuição no sentido de apontar os problemas ambientais percebidos no município recentemente, é do Professor Soffiatti (2012, 2013) que esporadicamente aponta em sua coluna no Jornal Folha da Manhã de Campos dos Goytacazes, inúmeros processos de degradação da maior restinga do Estado do Rio de Janeiro, aliás, onde está situado o empreendimento, segundo o autor um dos grandes problemas é a enorme concentração industrial que tem sido apregoada ao projeto do Superporto do Açu. O Ministério Público foi acionado e ainda estão em fase de trâmites.

O recorte espacial em questão conta com um grande número de lagoas e com parte do mais importante rio do estado, o Rio Paraíba do Sul, muitas dessas lagoas desempenham um importante papel não só na configuração da paisagem, como também servem de base material ao sustento de inúmeras famílias que historicamente vivem da pesca tanto nas zonas costeiras como também nas lagoas. Os sistemas lagunares no contexto estudado apresentam ciclicamente a abertura de uma de suas bordas ligando-os com o mar, essa abertura propicia a entrada de água limpa no sistema e peixes. SUZUKI (1997) aponta o papel das lagoas no contexto: fonte de pescado para sustento, fontes de água doce (em alguns casos) e também exercem um papel turístico, que incrementava a renda dos ali residentes.

O Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari-CLGI, (figura 06), é um dos casos de antigas áreas de pesca que, em virtude da chegada do complexo, não podem mais serem acessadas. Tal informação foi dada pelos pescadores (credenciados pela prefeitura) e agricultores em todas as idas a campo. Quando questionados sobre as razões de tal proibição reproduzem a fala do Grupo EBX, alegando periculosidade de permanência no local em virtude das obras.

O impedimento se tornou aparente em 2012 quando foram instaladas guaritas de segurança e grades impedindo o acesso das pessoas de segundas as sextas feiras ao complexo, seja para as atividades de pesca ou para o lazer. A revolta dos pescadores é aparente, já que além da remoção de inúmeras famílias de suas terras, o grupo corporativo conseguiu impor um zoneamento no território que impede a continuidade do exercício da pesca nesses lugares. Estamos então diante de um conflito eminentemente por territórios e pela legitimação do poder corporativo sobre a gestão territorial municipal.

Figura 06: foto do Complexo Lagunar Grussaí-Iquipari (CLGI)



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em junho de 2011.

Partindo dessa explanação de cunho bem mais descritivo do contexto espacial e do objeto de estudo, chegamos ao segundo capítulo que visa em linhas gerais discutir, ou melhor: construir uma caracterização desse grupo, que tem sido ignorado pelo Estado e pela corporação que ali vem se instalando e que tem sofrido inúmeras sanções, restrições ao exercício de sua atividade e remoções em alguns casos.

Um dos elementos explicativos do fato do Estado ignorar o setor pesqueiro pode ser a grande discrepância entre dados oficiais e reais. Nas visitas a campo ocorridas nas áreas de concentração de pescadores, inúmeras famílias nunca foram visitadas por recenseadores, o que aponta para uma possível razão da discrepancia acentuada entre o real e o contabilizado. Tais argumentos serão mais bem explorados no próximo capítulo.

CAPÍTULO II: O PESCADOR ARTESANAL DE SÃO JOÃO DA BARRA E CONFLITOS POR GARANTIAS DE PERPETUAÇÃO DA ATIVIDADE

2.1. O pescador artesanal

Os pescadores artesanais no município de São João da Barra são historicamente reconhecidos pela fixidez e pela atividade que os caracteriza, a pesca. Durante todo o processo de levantamento de dados referentes aos conflitos emergentes no contexto estudado, notava-se claramente que estavam no centro de disputas por espaço, direitos e legitimidade frente à corporação e o próprio Estado.

A pesca artesanal e industrial é uma atividade de relevância econômica e de subsistência, forma de reprodução social, e que, apenas por esse pressuposto, merecem um grande esforço analítico por parte de qualquer um que pretender discorrer sobre esses cidadãos. Especificamente, atuam no Rio Paraíba do Sul, nos complexos lagunares (CLGI) e em mar aberto.

De acordo com LITTLE (2002:09) os pescadores se enquadram na categoria de tradicionais, se “tendem a ser reconhecidos pelos produtos que extraem e vendem no mercado”. Especificamente, no recorte espacial de análise, a maior parte dos pescadores se enquadra na proposição anterior. Enriquecendo essa discussão trazemos as observações de SILVA (2011:02), para a autora:

Na pesca artesanal, na maioria das vezes, o trabalhador é dono dos meios de produção: o barco, a rede, os apetrechos e a técnica de pescar. Faz parte dos circuitos produtivos a coleta de pescado e maricultura, o beneficiamento, a venda em atacado e a varejo, a produção de redes, de embarcações, conserto de redes e embarcações.

O município conta com diversas áreas de adensamentos desse grupo de pessoas (figura 07), tendo como as principais: Atafona (que é a localidade da sede da Colônia de Pescadores Z2), Barra do Açu (localidade mais próxima do empreendimento) e Grussaí. Contudo, foram também observados diversos casos de pessoas que não se apresentavam como pescadores artesanais, dispersos no município de São João Barra, que se descreviam como agricultores, mas que acessavam a pesca em algumas oportunidades,

semanalmente, para alimentação da família ou para a venda informal esporádica.

Figura 07: Localização das Principais Áreas de Pesca no Município de SJB/RJ



Fonte: elaboração própria do autor, 2013.

Na maior parte dos casos, os adensamentos de pescadores artesanais são de pequeno porte, denotando também relações de parentesco e vizinhança historicamente construída, que perpassam ao exercício da atividade e de todo o processo produtivo. Ainda SILVA (2011:04 e 05), nos aponta um conjunto de características referentes à pesca artesanal:

No que se refere à estrutura da atividade, esta, de caráter familiar e/ou comunitário, ocorre por meio de parceria entre os trabalhadores do barco, ou seja, os parceiros são, em geral, familiares ou com algum grau de parentesco/amizade nos elos da comunidade-vizinhança; não se tem carteira assinada e as relações de trabalho são de parceria e meeiro. Apesar da pesca artesanal ser responsável pela grande maioria da produção no mercado fluminense, em particular, atinge mais de 50% da produção, a atividade vêm passando por forte processo de crise que tem acelerado sua precarização, apesar

do quadro de lutas de seus trabalhadores e de reivindicação junto ao Estado por políticas públicas de trabalho e de estímulo ao desenvolvimento do setor.

Apenas considerando os postos de trabalho, a pesca em São João da Barra é reconhecidamente uma atividade de relevância em escala estadual. Tal relevância pode ser observada pela concentração de pequenas e médias empresas de pesca nas localidades pesqueiras do município. Notadamente, existem grandes diferenças entre os empresários do ramo da pesca, também denominados como pescadores industriais, e os pescadores artesanais: os primeiros possuem melhores meios de articulação com o mercado consumidor, como possibilidades nas negociações de preços.

No contexto da empresa de pesca notam-se barcos maiores, câmaras frias ampliadas e motores mais potentes, possibilitando o exercício da pesca em mar aberto com maior segurança e capacidade de carga. Outro aspecto diz respeito ao maior alcance espacial no escoamento dos produtos dos empresários do ramo pesqueiro sanjoanense. A possibilidade de aquisição de meios de transporte, como caminhões frigoríficos, permitem uma ampliação considerável de mobilidade até os maiores centros de consumo relevantes, como a própria metrópole fluminense.

Segundo AGB/Agrária (2006:40) o município de São João da Barra é o terceiro maior produtor de pescado do estado do Rio de Janeiro, abastecendo os maiores mercados de pescado da metrópole. De acordo com o que foi levantando em campo, os principais pescados comercializados são: pescadinha, peroá, dourado e cações na categoria dos peixes. Outro importante produto extraído na pesca de mar aberto é o camarão, a relevância se dá mediante a informação apresentada pela colônia de pescadores, garantem que grande parte do camarão do tipo rosa e do camarão do tipo sete-barbas consumido no Rio de Janeiro é proveniente do município.

No RIMA do Distrito Industrial de São João da Barra (2011:53) a pesca é considerada como atividade relevante no município “ainda hoje, a pesca ocupa posição importante na base econômica e social desta região, gerando numerosos empregos e uma atividade comercial [...] além de atividades de subsistência relevantes em corpos hídricos interiores que compõem o ecossistema costeiro”. Além disso, o RIMA apresenta tipologias de pescadores

referentes estritamente a sua localização geográfica: pesca marítima e pesca continental, para os responsáveis pela confecção do RIMA, a pesca de mar é caracterizada pela presença de pescadores industriais e artesanais, já na fração continental a pesca é caracterizada pela presença de pescadores artesanais e de subsistência.

Percorrendo os três principais adensamentos de pescadores artesanais: Atafona, Barra do Açu e Grussaí, observa-se um conjunto de apontamentos que nos levam a conhecer um pouco mais os pescadores artesanais do contexto estudado e quais são seus novos dilemas e desafios mediante a construção do Superporto do Açu. A primeira questão que aqui levantamos é a invisibilização, em estatísticas oficiais, desse grupo. Segundo dados obtidos junto ao BME/IBGE (2010) o município conta com apenas com 642 pessoas ocupados na pesca, seja artesanal ou industrial. A partir do que foi coletado na Colônia de Pescadores Z2 em Atafona (figura 08), cerca de 1.400 pescadores estão cadastrados, o próprio presidente da colônia, Sr. Willian Pereira, ouvido em julho 2013 e hoje já falecido, afirmava na ocasião que acreditava na existência pelo menos duas mil pessoas que acessam a pesca (artesanal) sem estarem vinculados à colônia por não terem a documentação necessária.

Figura 08: Sede da Colônia de Pescadores Z2 em Atafona, São João da Barra/RJ



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

Ainda sobre o contingente, em valores absolutos, de indivíduos que se enquadram na categoria de pescadores artesanais, durante as entrevistas cinco pescadores ouvidos relataram que não foram visitados pelos recenseadores do IBGE e tampouco fazem parte da Colônia Z2. De modo que estamos diante de uma considerável defasagem estatística, transformando-os, naquilo que denominei anteriormente, em verdadeiros “invisíveis” e fortalecendo os argumentos apresentados pelo ex-presidente. Um problema decorrente disso é que possivelmente as políticas públicas ou as compensações ambientais do complexo acabaram não os contemplando.

Um segundo ponto de relevância, ainda referente à pesca artesanal no município, é a relação que os indivíduos têm com as zonas pesqueiras. Para SACK (1986) essa relação é oriunda de um esforço humano de converter o ambiente físico disponível em seu território. De modo que, nas falas de todos os pescadores ouvidos, um total de vinte e duas pessoas, fora os dirigentes da colônia, foram perceptíveis a insatisfação às mudanças ambientais observadas desde 2007, que serão mais bem detalhadas adiante. E também no que denominou um pescador artesanal como “invasão do que é nosso”, referindo-se a chegada de novos barcos e transeuntes no Rio Paraíba do Sul e na costa litorânea.

Ainda no intuito de apresentá-los, um assunto merece ser destacado, que é o sentimento de coletividade do grupo. Muitos dos pescadores entrevistados, espontaneamente, narravam uma preocupação com os pescadores artesanais, não legalizados, principalmente os que pescavam nas lagoas de Iquipari e Grussaí. Segundo os relatos, desde 2010, nessas lagoas, o pescado reduziu drasticamente e, a partir da instalação do empreendimento, diversas restrições foram impostas aos pescadores sob a alegação de segurança. Assim sendo, muitos indivíduos, principalmente os de mais baixa renda, que possuem barcos a remo, não podem mais extrair os peixes nessas áreas e nem podem acessar o mar sem motores.

Diferentemente de outras áreas de adensamento de pescadores artesanais e de subsistência, Atafona concentra muitas pessoas ocupadas nessa atividade (figura 09), um número considerável de famílias depende essencialmente da pesca. A partir da extração do produto, ou negociam com meeiros locais, ou vendem diretamente o pescado. Sendo assim, a instalação

de um porto com todos os desdobramentos, como: poluição sonora, residual, a chamada “água de lastro”, por tráfego de grandes embarcações, pode desarticular todo esse contingente populacional, obrigando-os a migrarem de atividade e possivelmente deslocarem-se no espaço.

Figura 09: Concentração de Embarcações em Atafona/SJB



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

2.2. A percepção dos “atingidos”

A notoriedade dos problemas multiescalares oriundos de uma concentração industrial e portuária é inquestionável. Contudo, buscou-se nas entrevistas entender a percepção dos pescadores quais são os desafios e problemas mediante a instalação do complexo. Essa forma de entender o processo, nos dá importantes caminhos a fim de compreender as implicações (in)diretas da continuidade ou ruptura na atividade da pesca artesanal no município.

Diferentes pesquisadores apontam que áreas de tradicional pesca artesanal são muito delicadas e quaisquer modificações, ou chegada de novo ator social, podem desarticular a atividade completamente. Especialmente em se tratando de atividades portuárias o cenário da pesca artesanal passa a se complexificar ainda mais. SILVA & RAINHA (2011:10) analisando a associação da atividade pesqueira tradicional com a portuária nos apresentam:

O pescador artesanal se vê obrigado a buscar novas áreas para exercer sua atividade. Porém, toda essa situação gera um grave problema devido, principalmente, aos poucos recursos que possuem, já que suas embarcações são pequenas e não tem estrutura para navegar em mar aberto. Por conseguinte, tais pescadores são obrigados a realizar suas atividades em áreas de fundo e próximas as margens da baía, ou seja, onde se encontra menores quantidades de pescado. Além disso, o aumento da concorrência entre os pescadores também merece devida atenção, pois estes, agora, têm que se concentrar em áreas menores e disputar “peixe a peixe” com seus companheiros de profissão.

O desafio de se compreender a situação do pescador artesanal em São João da Barra é ainda um desafio maior que em outros casos de pescadores artesanais estudados por pesquisadores brasileiros. Isso se dá, em parte, pelo alto contingente de indivíduos vinculados a atividade. A heterogeneidade do grupo é grande e isso dificulta a compreensão do presente e as possibilidades, mesmo que simplistas, de prever cenários futuros. Mesmo assim, os atuais conflitos entre a corporação e eles merecem ser mais bem entendidos nesse contexto de alterações de múltiplas escalas que o município vivencia.

Um primeiro apontamento referente à corporação é a descrição desse grupo. Na página oficial do antigo grupo gestor (EBX), descreviam que a pesca artesanal seria mantida e perpetuada no contexto espacial, já que é importante geradora de postos de trabalho. Para esse fomento, medidas compensatórias, passaram a ser pensadas especificamente para o grupo, principalmente na localidade de Atafona. A única restrição mais severa, ainda de acordo com RIMA/DISJB e de divulgações oficiais da empresa, é a exclusão de antigas áreas de pesca alegando periculosidade em virtude do trânsito de mercadorias e grandes embarcações.

Uma forma de controlar os pescadores artesanais se deu por meio de reuniões periódicas com a diretoria da colônia de pescadores mais fortalecida de todo o Norte Fluminense, a Colônia Z2. O que era dito pelos gestores do grupo, foi narrado posteriormente pelos próprios pescadores e nos foi apresentado através de atas e documentos dos acordos feitos entre as partes. O presidente da colônia, Sr. Willian Pereira¹⁴, descreveu que a pesca artesanal em São João da Barra “só perdeu com a chegada de empresa”. De acordo

¹⁴ Na ocasião da entrevista, o então presidente, solicitava a divulgação do seu nome no presente trabalho.

ainda com relato desse senhor, as promessas de melhorias foram muitas, mas não se efetivaram.

Medidas compensatórias da construção do empreendimento são voltadas a esse grupo de pessoas, contudo, as mais importantes não saíram do âmbito de proposta. Quando questionados por representantes oficiais da empresa o que lhes interessava, os pescadores narraram suas principais demandas: a construção de um entreposto pesqueiro, com câmaras frias, fábrica de gelo e cais. Além disso, um centro de formação profissional para pescadores e seus descendentes, outra petição era a construção de “rampas reparadoras” dos barcos.

Tudo que foi solicitado foi concedido no âmbito do discurso e dos acordos, contudo, até o final do ano de 2013, pouco havia sido efetivado. O centro de formação profissional foi construído no próprio terreno da sede da colônia (figura 10), amplo, arejado, mobiliado, está pronto para uso, entretanto, pelo não cumprimento da segunda parte do acordo, que era o envio de profissionais para ministrar os cursos, nunca foi usado.

Nesse mesmo centro foi construído um anexo com um consultório odontológico e um consultório médico ambulatorial, pela não utilização, a colônia em reunião resolveu fornecer o espaço para que a própria Prefeitura de São João da Barra alocasse profissionais da saúde e o material de uso diário. Contudo, mesmo a proposta sendo aceita pelo prefeito, representantes da diretoria da colônia afirmaram que até a última visita (julho de 2013) o prédio continuava sem uso.

Figura 10: Centro de Formação Profissional na Colônia Z2- Atafona



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2010.

Ainda discutindo as dissonâncias nos acordos, temos a pauta mais polêmica na ótica dos pescadores artesanais do distrito, que é o projeto do entreposto pesqueiro e cais. Todos os ouvidos, associados ou não da colônia, elencaram esse projeto como o maior entrave ao exercício da pesca no local. A construção de um entreposto pesqueiro maior, mais funcional e legalizado é uma necessidade antiga em Atafona, por isso, antes mesmo da possibilidade de medida compensatória, a colônia tinha encaminhado a prefeitura um projeto, solicitando autorizações e possível apoio financeiro.

O entreposto é um espaço de uso coletivo, para um primeiro beneficiamento do pescado e condicionamento adequado, contando com uma pequena fábrica de gelo. A questão do condicionamento adequado é fundamental para a venda de um produto de qualidade e, no caso do gelo, o preço do pescado acaba aumentando pelo fato de terem de comprar as sacas. Se porventura conseguissem produzir seu próprio gelo, aumentariam seus ganhos e poderiam vender o pescado em condições de competir com as grandes empresas de pesca.

A partir dessas demandas, os gestores do empreendimento começam a articular possíveis medidas compensatórias, já que são judicialmente obrigados a fazê-las. A empresa que representava o Grupo EBX, chamada Anglo American, tinha o papel de atuar como mediadora dessas ações e, segundo ainda os pescadores, a relação sempre foi boa, pacífica. Diziam que o diálogo era franco, aberto, e que isso possibilitou ao pescador entender cada etapa da construção do porto e, nesse primeiro momento, conseguiram dar início à construção do entreposto pesqueiro (Figura 11).

Figura 11: Construção do Entreponto Pesqueiro de Atafona/SJB



Fonte: acervo pessoal do autor, captada em julho de 2013.

A partir de certo ponto, os pescadores destacaram que a relação piorou muito, a Anglo American saiu da mediação, as ações passaram a ser tratadas diretamente com o Grupo EBX e aí eles nunca mais foram ouvidos ou sequer visitados. O projeto do entreponto foi amplamente modificado em relação àquele prometido aos pescadores, acordado e assinado em 2008, que previa o embarque/desembarque de barcos de médio porte, áreas de abastecimento de caminhões, um espaço de beneficiamento e uma fábrica de gelo, como podemos observar sumariamente através do esquema abaixo (figura 12).

Figura 12: Esquema Documental do Entreponto Pesqueiro de Atafona



Fonte: imagem parcial do documento de acordo entre as partes produzido em 2008, captada em julho de 2013.

Outros projetos, como o de capacitação, beneficiamento de pescados e reparos navais, não foram adiante. Tal processo, foi considerado por todos os ouvidos, como um descaso ao pescador de São João da Barra. Todos se declararam insatisfeitos e sem muitas perspectivas de futuro.

Soma-se a todo esse cenário descrito o maior de todos os problemas, trata-se do que comumente se denomina como conflitos de uso. O não cumprimento de medidas compensatórias é, sem dúvida, uma ilegalidade, mas, a emergência dos inúmeros conflitos de uso desde o ano de 2007, como os novos zoneamentos pesqueiros, é o que mais se sente negativamente, na ótica do pescador artesanal de São João da Barra.

A territorialidade desse grupo se expressa fundamentalmente no mar, mesmo existindo acentuadamente a pesca de rio. Nesse sentido, proponho incluir nas definições de territorialidades apresentadas na introdução os “territórios da pesca”. Raffestin (1993) aponta-nos, que as territorialidades se expressam como relações entre indivíduos mediatizadas nos territórios, donde incluo ‘territórios da pesca’. Os acordos, mesmo que de modo tácito, de usos, de distância entre barcos no ato da atividade, o tipo da pesca em cada estação do ano, eram historicamente mantidos. Com a mudança de uso em várias partes, destacando-se a proibição da pesca na Praia do Açu, houve uma desarticulação desses históricos laços e espaços da pesca pré-acordados.

O argumento pode ser mais bem entendido, quando na fala de doze pescadores de São João da Barra, explicitamente apontaram que a proibição de pesca na Praia do Açu é o pior dos problemas desde a implantação do porto. Ainda de acordo com eles, essa parte oceânica sempre foi a melhor área da pesca do camarão, como dito anteriormente, boa parte do camarão consumido na urbe carioca é oriunda dessa região. Assim, podemos presumir que a implantação do porto tem raios de alcance maiores do que se pensa, incluindo a oferta de pescado da metrópole fluminense.

Um entrevistado relatou que o pescado que ele extrai e vende a um atravessador, é revendido para empresários em Vitória- ES, São Paulo-SP e Belo Horizonte e outros municípios no estado de Minas Gerais. Estaríamos diante de um projeto que afeta inclusive a segurança alimentar na região? Ou de um projeto que prejudicaria a oferta de pescado e principalmente de camarão, aumentando o valor ao consumidor dessas cidades? Evidentemente,

estas são perguntas que não poderão ser respondidas nessa análise mas que poderão dar pistas a novos trabalhos.

Outro ponto importante é a criação de que Acselrad (2002) denomina de “zonas de sacrifício¹⁵”. Segundo o autor, são áreas em que são implantados grandes projetos com alto potencial poluidor, que por conta de questões locacionais, podem atrair outras empresas com características semelhantes. Sendo assim, criam-se espaços de exclusão com alto alcance poluidor, de modo que o projeto do complexo se enquadra nessa proposição desde sua gênese. Apenas a termelétrica prevista para integrar o complexo, é um empreendimento altamente degradante e condenável em diversos países europeus, por se tratar de um projeto de termelétrica movida a carvão.

Por conta da própria magnitude do projeto além dos pescadores litorâneos, não podemos deixar de mensurar os efeitos negativos aos que pescam essencialmente nos sistemas lacustres atingidos. Os entrevistados que se enquadravam nessa categoria relatavam que pescavam essencialmente para a alimentação da família e que, quando tinham sucesso, doavam parte aos vizinhos e parentes. Para esses, os impactos negativos estão sendo mais sentidos, principalmente depois da salinização, comprovada cientificamente, das maiores reservas de água doce e dos rios que cortam o município. Temos, portanto, um quadro de vulnerabilização deste grupo e de ameaças sérias à sua segurança alimentar.

Outro problema é que a sucessão de dragagens realizadas para a construção do complexo e o derramamento de substâncias desconhecidas, tem reduzido drasticamente os níveis de oxigênio nesses sistemas lacustres. No final do ano de 2013, nos meses de novembro e dezembro, houve intensa mortandade dos peixes no Canal do Quitinguti (figura 13).

¹⁵ Termo que se refere, ainda na ótica de ACSELRAD (2002), áreas geralmente composta de população de baixa renda, com forte risco ambiental, dentre outras negatividades, associadas ao potencial de atrair [pela concentração e pelos estímulos de determinados agentes políticos] mais empresas altamente poluidoras.

Figura 13: imagem da mortandade de peixes no Canal do Quitingute em novembro de 2013



Fonte: <http://blogdopedlowski.com/tag/peixes/> em novembro de 2013.

Estudos do Laboratório de Ciências Ambientais da UENF confirmaram que o fenômeno foi causado pela redução brusca dos níveis de oxigênio. Mediante ao avanço das obras e de maiores adensamento de funcionários volantes e posteriormente de residentes, a tendência é a total aniquilação da pesca nessas localidades, altos níveis de coliformes fecais foram já constatados no canal em questão e a salinização em diversas localidades é também importante limitadora do exercício da pesca.

Não podemos presumir com tudo o que foi exposto até aqui que os pescadores estão se posicionando de forma passiva frente às ações das corporações. Assim como no caso dos agricultores familiares, desde o início da implantação deste grande projeto, os pescadores se articularam com a diretoria da Colônia Z2, que conta com uma filial no Açu, e passaram a reivindicar suas pautas: direito a pesca no mar, revisão do zoneamento, o cumprimento das medidas compensatórias legais e a permanência da atividade pesqueira no município.

Nesse sentido, pleitearam junto a ALERJ uma audiência, com representantes do INEA, do Ministério da Pesca, da Marinha do Brasil. Conseguiram e na ocasião, cobraram fiscalizações e maiores critérios punitivos

às ações do então Grupo EBX. Saíram dessa reunião com a promessa de serem enviadas equipes de visitação técnica especializada, além de parcerias junto ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. De fato, as vistorias ocorreram nas áreas mais conflituosas apresentadas pelo grupo, entretanto, os problemas elencados, segundo os pescadores, não foram resolvidos.

Outra forma de buscar visibilidade a luta foi um marco na fala dos entrevistados. Com apoio da diretoria da colônia Z2, os pescadores realizaram dois protestos fechando a entrada marítima das obras do porto, barcos médios de pesca foram com lotação máxima de pescadores partindo de Atafona. Nas duas ocasiões houve repressão por parte da Marinha e por seguranças do complexo. O intuito era pressionar e dar visibilidade à diminuição do pescado desde as dragagens que ocorrem na área do porto, uma vez que, ainda de acordo com eles, a construção tem expulsado muitas espécies de peixes.

Por fim, e não menos importante, reproduzo uma fala que sintetiza alguns pontos da explanação e por isso merece reprodução fiel e total:

O futuro do pescador será complicadíssimo, só teremos ajuda se for do papai do céu [...] desde os nove anos de idade sou pescador, meu pai e avô eram pescadores aqui e aqui morreram, hoje tenho 52 anos de idade e só sei fazer isso, criei meus filhos e já tenho até neto. Não vejo futuro da pesca, quem pescava de ‘caída’ [pesca de rede ou de arrasto] em alto mar não pode mais, pro pequeno então pior. 90% dos pescadores aqui são analfabetos, sem a pesca que vão fazer? Esse pessoal do porto está acabando com os espaços de pesca e pior antes de funcionar, por conta dessas obras, já não se encontra mais o peixe imagine quando funcionar? Em geral esse porto vai afetar muitos seres humanos, o peixe é alimentação! Agora você me diga: sem peixe, sem pescador, estou errado? Pescador artesanal ‘X’ de SJB em julho de 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa fundamenta-se principalmente em apresentar o ponto de vista dos pescadores artesanais de São João da Barra sobre a emergência de novos conflitos ambientais no contexto espaço-temporal estudados. Essas considerações finais têm por objetivo a apresentação de alguns resultados e de expor um conjunto de questionamentos a partir do que foi até aqui discutido.

Os indivíduos descritos, pescadores artesanais, fazem parte dos grupos populacionais que mais têm a perder com a instalação do complexo industrial portuário. Além desses, os agricultores familiares e os deslocados e reassentados na chamada Vila da Terra, também estão em condição de maior vulnerabilidade social. Paradoxalmente, esses mesmos grupos são os que menos têm capacidade de enfrentamento e reconhecimento de suas atividades frente às ações do Estado e das corporações que têm se instalado nesta fração do território fluminense.

Durante o transcorrer de toda pesquisa, o grupo se apresentou muito apreensivo com o futuro, em diversos momentos o reconhecimento da situação de pescador e que dependiam essencialmente da pesca foi evocado. Apesar de uma distância real geográfica do empreendimento, o alcance das negatividades oriundas do processo de instalação do porto e das indústrias os alcança sistematicamente. Os novos zoneamentos pesqueiros impostos aos pescadores nos colocam diante de uma série de questões a serem sanadas: de que maneira podemos falar em segurança alimentar e abastecimento de mercados consumidores se a principal área de pesca do camarão no estado é atualmente inacessível? Para além e mais agravante: como podemos pensar no futuro do pescador de camarão de São João da Barra? Essas são questões sem respostas claras no presente.

Os pescadores artesanais de modo lúcido descrevem a necessidade de implantação de políticas públicas eficientes que os ampare nesse momento, além disso, questionam o licenciamento ambiental do INEA, já que um dos responsáveis pelo órgão em visita a Atafona, havia prometido embargos ao zoneamento pesqueiro proposto pela corporação e nada fez. Uma forma de controla-los foi a aproximação, num primeiro momento, da Colônia Z2 e a

construção do centro de formação educacional. Notícias recentes oriundas dos interlocutores da pesquisa, apontam para a baixa durabilidade da construção, com vazamentos e rachaduras nas paredes, ou seja, mesmo antes do uso ela já apresenta problemas estruturais.

Essa estratégia de controle não foi eficiente, os gestores da corporação encontraram em Atafona e em todo o município, a maior parte dos pescadores articulados com a colônia e bem mais coesos enquanto movimento do que o caso dos agricultores familiares que tiveram de se reunir mediante a emergência dos conflitos. O grupo dos pescadores então fiscalizaram as obras de modo particular, navegavam frente ao complexo verificando os avanços e poluição da obra. Fecharam o canal de acesso ao porto por duas vezes, e conseguiram audiências na ALERJ onde expuseram os problemas e o não cumprimento das medidas compensatórias.

Outro ponto de articulação dos pescadores foi no próprio município, dois vereadores da oposição firmaram apoio à causa e têm demonstrado repúdio a situação que a corporação vem impondo aos pescadores artesanais. De fato, tal relação não parece ter produzido resultados benéficos aos pescadores e principalmente após a morte do Sr. Willian Pereira, então presidente da colônia, essas relações esfriaram-se.

Analizando o que até aqui foi exposto muitas outras indagações emergiram no transcorrer da pesquisa. A primeira e mais acentuada é, como podem os atingidos por uma obra de tal magnitude, ainda em curso, se articularem contra a implantação do empreendimento ou mitigarem os reflexos de tais ações? Para além: qual será a capacidade de articulação dos movimentos sociais visando à continuidade dos modos de vida e de suas relações sociais mediatisadas nos territórios? Estaríamos diante, do que muitos pescadores alertaram: o fim da pesca artesanal no município?

O quadro de questionamentos é ainda bem amplo e se as estatísticas oficiais não refletem minimamente o que se chama comumente de “totalidade do lugar”, como propor e implantar políticas públicas ou medidas compensatórias que de fato contemplem os impactados? Quais instrumentos poderiam ser usados no intuito de corrigir ou minimamente identificar os impactados, que até o presente encontram-se invisíveis?

Naturalmente, por se tratar de um processo em curso, a presente pesquisa não poderia contemplar cada um desses impactos com riqueza de detalhes. E mesmo os que se refletem diretamente à vida dos pescadores artesanais, que foram já tratados, são apenas parte integrante de uma complexidade. Dessa forma, a pesquisa não esgota essas questões e encontra-se em possibilidade real de continuidade.

Outros processos conflituosos engendram-se na região, que perpassam a conflitos agrários, ambientais, sociais e econômicos. Assim sendo, propomos que entender as intencionalidades do capital sobre o município de São João da Barra- RJ e que implicações isso trará no futuro da pesca artesanal é ainda uma questão que merece ser enriquecida tanto no plano da pesquisa teórica, quanto no acompanhamento dos acontecimentos e novas ações no local.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. De “bota-foras” e “zonas de sacrifício” – um panorama dos conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro. In: *Conflito Social e Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Relume, 2004 p.07-18.
- ALMEIDA, A. W. B. Refugiados do Desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. In: *Revista Travessia*, n. 25, p.30-35. São Paulo, 1996.
- BARBOSA, P. P. B. de C. A Constituição de uma Periferia em Face da Modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na região Norte Fluminense. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (orgs). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003]
- BERNARDES, J. A. *Cambios Técnicos y Reorganización del Espacio en la Región Azucarera Norte Fluminese*, Brasil. Tese de doutorado, Universitat de Barcelona, UB, Espanha, 1993.
- BME-IBGE. Banco Multidimensional de Estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000 e 2010 (base de dados).
- CASTRO, N. de. Os Desafios da Regulação do Setor de Transporte no Brasil In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, 2000.
- CRUZ, J. L. V. *Projetos Nacionais, Elites Locais e Regionalismo - desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense*. Tese de doutorado IPPUR-UFRJ, 2003.
- _____. Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000). In: PESSANHA, R. & SILVA NETO, R. [orgs.]. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Ed. WTC, Campos dos Goytacazes- RJ, 2004.
- _____. *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional, 2005.
- _____. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, A.M. & TOTTI, M.E.F. *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2006.
- _____. Os Desafios do Norte e do Noroeste Fluminenses Frente aos Grandes Projetos Estratégicos. In: *Vértices*, v.9, n.1/3. Cefet, Campos dos Goytacazes, 2007.
- _____. Fragmentação, Seletividade e Exclusão: Impactos dos Novos GPIS no Norte Fluminense. In: *Anais XIII Enanpur*, Florianópolis, 2009.

_____. Grandes Investimentos e a Reestruturação do Espaço Regional no Norte Fluminense. In: *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos, IPEA*. Rio de Janeiro, 2011.

DA SILVA, J.G. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In: *Revista de Estudos Avançados*, nº15 (43), 2001.

KURY, K.; et al. O Entendimento da População de São João da Barra Sobre a Influência do Mega-Empreendimento do Complexo Portuário e Industrial do Açu em Seu Cotidiano. Anais V Encontro Nacional da Anppas (eletrônico), Florianópolis-SC, 2010.

MARAFON, G.J. & RIBEIRO, M.A. Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do Passado aos Desafios do Presente. Rio de Janeiro, Editora Gramma, 2011.

MARTINS, G.R. *Disputas Por Legitimidade em Torno dos Grandes Projetos de Investimento: uma análise do processo de criação do Superporto do Açu em São João da Barra-RJ*. Dissertação de Mestrado, IPPUR/UFRJ, 2013.

MONIÉ, F.; VIDAL, S. *Cidades, portos e cidades portuárias na era da integração produtiva*. Revista de Administração Pública. Vol. 40.ano 6. RJ, Nov/Dez. 2006.

MONIÉ, F. Globalização, Modernização do Sistema Portuário e Relações Cidade-Porto no Brasil. In: *Circulação, Transportes e Logística diferentes perspectivas*. Márcio Rogério Silveira (orgs.), Outras Expressões, São Paulo, 2011.

NEVES, G. R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas) In: *Territórios Globalização e Fragmentação*, SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. [orgs.], ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

OLIVEIRA, Floriano José Godinho. *Reestruturação produtiva e regionalização da economia no território fluminense*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de PósGraduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

ORTIZ NETO, José Benedito. COSTA, Armando Dalla. A Petrobrás e a exploração de Petróleo Offshore no Brasil: um approach evolucionário. In: *Revista Brasileira de Economia*. v. 61, n. 1, pp.95-109, jan-mar, 2007.

PAGANOTO, F. *Mobilidade e Trabalho em Macaé/RJ, a “Capital do Petróleo”*. Rio de Janeiro: PPGG: UFRJ, dissertação de mestrado em geografia, Rio de Janeiro, 2008.

PESSANHA, R. & SILVA NETO, R. [orgs.]. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Ed. WTC, Campos dos Goytacazes- RJ, 2004.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial- portuário do Açu, ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS- AGB, 2011. Disponível em 20/07/2012: http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf

RUA, J. Urbanização em áreas rurais do Rio de Janeiro. In: *Estudos sobre a Geografia Fluminense*, Editora Infobook Ltda., 2002.

_____. *Seguindo Novos Caminhos: transformações territoriais e modernização no município de Quissamã- RJ. Uma contribuição para o desenvolvimento local*. São Paulo: PPGG-USP, tese de doutorado em geografia, São Paulo, 2003.

SACK, R. D. O Significado da Territorialidade In: *Territorialidades Humanas e Redes Sociais*, DIAS, L. C. & FERRARI, M. [orgs], Insular, Florianópolis, 2011.

SANTOS, M. et al. *Território Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Editora HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XX*. Rio de Janeiro, 9^a ed. Editora Record, 2001.

SILVA, R. *Indústria e Desenvolvimento Regional no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

SILVA, E.S.O. *Continuidades e Rupturas de Ordenamento no Espaço: do Território da Cana ao Setor Logístico e Industrial no Norte Fluminense*. Tese de Doutorado PPGG/UFRJ, 2013.

SOUZA, M. J. L. O Território: Sobre o Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento In: *Geografia: Conceitos e Temas*, CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa.; CORRÊA, Roberto Lobato. [orgs.], 2007.

_____. “Território” da Divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. [orgs.], 1^a ed., ed. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

STANLEY, J. Development-induced displacement and resettlement In: *Publications Refugee Studies Centre*. Oxford, United Kingdom- UK 2004. Disponível em: http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:5135

SUZUKI, M. Aberturas de barra da lagoa de Grussaí, São João da Barra, RJ: aspectos hidroquímicos, dinâmica da comunidade fitoplânctonica e metabolismo. Tese (Doutorado), Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF. Campos dos Goytacazes- RJ, 1997.

TERRA, D. Economia Petrolífera na Bacia de Campos e Reestruturação do Espaço Regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho. VIII Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Et al. Os Municípios “Novos Ricos” do Petróleo são os Mais Solidários com sua População? In: *Anais do X Colóquio Internacional sobre o Poder Local*, Salvador, 2006.

WANDERLEY, M.N.B. O Agricultor Familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, PAULO [org.]. *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro, 2009.